

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

SIDIMAR FERREIRA ROSTAN

**O TRANSLADO DOS RESTOS MORTAIS DE SILVEIRA MARTINS E A
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA PELO CORREIO DO SUL**

**São Borja-RS
2024**

SIDIMAR FERREIRA ROSTAN

**O TRANSLADO DOS RESTOS MORTAIS DE SILVEIRA MARTINS E A
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA PELO CORREIO DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História.

Orientador: Dr^a Paula Vanessa Paz Ribeiro

**São Borja - RS
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

R839t Rostan, Sidimar Ferreira

O TRANSLADO DOS RESTOS MORTAIS DE SILVEIRA MARTINS E A
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA PELO CORREIO DO SUL / Sidimar
Ferreira Rostan.

60 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, HISTÓRIA, 2024.

"Orientação: Paula Vanessa Paz Ribeiro".

1. Gaspar da Silveira Martins. 2. Partido Federalista. 3.
Memória. 4. Repatriação . I. Título.

SIDIMAR FERREIRA ROSTAN

**O TRANSLADO DOS RESTOS MORTAIS DE SILVEIRA MARTINS E A
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA PELO CORREIO DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
História da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Licenciado em
História.

Área de concentração: História

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 17 de dezembro de
2024.

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente

 gov.br

PAULA VANESSA PAZ RIBEIRO

Data: 15/01/2025 08:25:43-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Paula Vanessa Paz Ribeiro

Orientadora

(Uninampa)

Documento assinado digitalmente

 gov.br

EDSON ROMARIO MONTEIRO PANIAGUA

Data: 13/01/2025 20:34:47-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniagua

(Unipampa)

Documento assinado digitalmente

 gov.br

CAROLINE SILVEIRA SPANAVELLO

Data: 14/01/2025 17:30:39-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Caroline Spanavello
(Unipampa)

Dedico este trabalho a Antônio de Souza Couto Rostan, motivo de muitas das minhas realizações.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao Antônio, por representar minha fonte de inspiração. Obrigado, Fernanda de Souza Couto, por incentivar e por compartilhar os cuidados com o Antônio. Agradeço aos meus pais, Maria e Sidinei, por acreditarem, à minha irmã, Elisângela, e ao meu avô Antônio, por ensinar o valor da educação.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é o resultado de uma longa pesquisa, inicialmente realizada sem o conhecimento teórico, que culmina com a orientação decisiva da professora Paula Vanessa Paz Ribeiro, a quem agradeço a disponibilidade, paciência e incentivo. A professora Paula é uma inspiração por sua trajetória, dedicação e atuação, que tornou possível o resultado deste TCC.

Agradeço ao professor Jeremyas Machado Silva, que orientou os estágios no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), recomendando sabiamente que realizasse cada etapa em uma escola, para que eu pudesse conhecer distintas realidades. Meu agradecimento também à professora Maria Teresinha Verle Kaefer, coordenadora de estágios, pela disposição para dialogar e contribuir com a construção de novos conhecimentos.

À professora Sandra Amélia Mattos Garcia, supervisora de estágio na Escola Félix Contreiras Rodrigues; ao professor Aluísio Barros Simões, supervisor de estágio na Escola Luiz Maria Ferraz – Ciep; e à professora Fátima Regina Mosquera, supervisora nos estágios realizados na Escola Silveira Martins, meu muito obrigado.

Agradeço à Melissa Louçan, à Jaqueline Muza, ao Yuri Cougo Dias, ao Mário Pereira, à Rochele Barbosa e ao Felipe Valduga, colegas de redação no Jornal Minuano, pela paciência com um estudante sempre dividido entre estágios e trabalho, pela flexibilidade com os horários e pela organização dos plantões.

Meu muito obrigado à professora Dulce Beleza Bittencourt, coordenadora do Simplifica, pela oportunidade de aprender com a experiência de estagiar em um cursinho preparatório popular, e aos estudantes, com quem aprendi muito a cada aula.

Agradeço igualmente aos colegas do curso de Licenciatura em História, com quem aprendi ao longo de quatro anos, em especial à Giovana Vargas Santanna, ao Schayano Maciel, ao Marcus Drews e à Anadete Missau pelos debates e pela

colaboração na realização de trabalhos. Também agradeço à professora Elaine Binotto Fagan, pelo apoio fundamental e pela disponibilidade de sempre.

Por fim, meu agradecimento ao historiador Nestor Hormiga, por permitir o acesso aos registros do Cemitério Central de Montevideu, durante visita realizada em fevereiro de 2024.

“No jornal, a extensão é tudo e avalia-se a importância do escrito pelo tamanho”.

Lima Barreto

RESUMO

O presente artigo analisa a forma como o *Correio do Sul*, jornal do Partido Federalista em Bagé (RS), retratou a personalidade política de Gaspar da Silveira Martins durante o traslado de seus restos mortais, em 1920. O estudo busca identificar os principais elementos da construção da memória política de Silveira Martins, que foi uma figura de destaque na elite sul-rio-grandense do Segundo Reinado, ocupando importantes cargos públicos. Após a Proclamação da República, foi degredado e, mais tarde, participou da criação do Partido Federalista. Atuou como líder em uma guerra civil e morreu no autoexílio, no Uruguai. Durante o traslado de seus despojos, o *Correio do Sul* buscou estabelecer como o tribuno deveria ser lembrado, destacando aspectos morais e intelectuais, omitindo a atuação de Silveira Martins na contenda de 1893.

Palavras-Chave: Silveira Martins; memória; Correio do Sul; Partido Federalista

Abstract

This article analyzes how *Correio do Sul*, the newspaper of the Federalist Party in Bagé, Rio Grande do Sul, portrayed the political personality of Gaspar da Silveira Martins during the transfer of his remains in 1920. The study seeks to identify the main elements in the construction of the political memory of Silveira Martins, who was a prominent figure in the Rio Grande do Sul elite during the Second Reign, holding important public offices. After the Proclamation of the Republic, he was exiled and later participated in the creation of the Federalist Party. He served as a leader in a civil war and died in self-exile in Uruguay. During the transfer of his remains, the *Correio do Sul* newspaper sought to establish how the tribune should be remembered, highlighting moral and intellectual aspects, omitting Silveira Martins's role in the 1893 conflict.

Keywords: Silveira Martins; memory; *Correio do Sul*; Partido Federalista

RESUMEN

Este artículo analiza la forma en que *Correio do Sul*, periódico del Partido Federalista de Bagé (RS), retrató la personalidad política de Gaspar da Silveira Martins durante el traslado de sus restos mortales en 1920. El estudio busca identificar los principales elementos de construcción de la memoria política de Silveira Martins, quien fue una figura destacada de la élite de Rio Grande do Sul del Segundo Reinado, ocupando importantes cargos públicos. Tras la Proclamación de la República, se exilió y, posteriormente, participó en la creación del Partido Federalista. Actuó como líder en una guerra civil y murió en el autoexilio, en Uruguay. Durante el traslado de sus restos, *Correio do Sul* buscó establecer cómo se debe recordar al tribuno, destacando aspectos morales e intelectuales, omitiendo el papel de Silveira Martins en la disputa de 1893.

Palabras clave: Silveira Martins; memoria; Correio do Sul; Partido Federalista

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia do túmulo de Silveira Martins em Montevideu.....	59
Figura 2 – Fotografia do túmulo de Silveira Martins em Bagé.....	60
Figura 3 – Fotografia do registro de exumação de Silveira Martins	60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
.....		
2	GASPAR DA SILVEIRA MARTINS E SUA RELAÇÃO COM O PARTIDO FEDERALISTA: UM ESTUDO DA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA.....	16
.....		
2.1	A trajetória de Silveira Martins.....	17
2.2	Gaspar da Silveira Martins e o Partido Federalista.....	22
2.3	O líder federalista morre no Uruguai.....	27
2.4	O testamento político de Silveira Martins e o Partido Federalista.....	30
.....		
3	A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE GASPAR DA SILVEIRA MARTINS NAS PÁGINAS DO <i>CORREIO DO SUL</i> EM 1920: O TRANSLADO DO TRIBUNO.....	33
.....		
3.1	O debate do projeto do translado dos restos mortais de Silveira Martins.....	35
3.2	A construção da memória de Silveira Martins nas páginas do <i>Correio do Sul</i>	39
3.2.2	Federalistas mobilizados pela repatriação.....	45
.....		
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54

1 INTRODUÇÃO

Em Bagé (RS), maior cidade da Campanha Gaúcha, na fronteira com o Uruguai, há várias homenagens a Gaspar da Silveira Martins, como a nomeação de uma escola, uma estátua em praça homônima, além de rua e bairro que levam seu nome. Essas homenagens ocorreram ao longo do tempo, com o intuito de preservar a memória do tribuno. No entanto, em meio às reverências, chama a atenção o fato de seu túmulo estar situado na base de uma das torres da Catedral de São Sebastião, tombada pelo IPHAN¹, o que me intrigou quando mudei para a cidade, em 2002.

Entender por que um mausoléu repousava à base de uma das torres da igreja matriz, e o que explicava o fato de o corpo de Silveira Martins ter sido sepultado naquele local levou-me à hemeroteca do Arquivo Público Municipal de Bagé (APMB). A pesquisa nas páginas amareladas do *Correio do Sul* lançou luz sobre alguns aspectos, mas faltava conhecimento teórico e uma metodologia para compreender o processo histórico que envolveu o traslado de seus restos mortais.

Membro de uma família da elite sul-rio-grandense, Silveira Martins teve uma atuação política destacada durante o período do Segundo Império, liderando o Partido Liberal. Após a Proclamação da República, foi degredado, mas retornou ao Brasil para fundar, em Bagé, o Partido Federalista (PF). A agremiação partidária, em oposição ao Castilhismo, defendia o parlamentarismo no Brasil. Silveira Martins faleceu em Montevideú, capital do Uruguai, durante um autoexílio, em 23 de julho de 1901. Contudo, seu sepultamento em Bagé só ocorreu 19 anos depois. O traslado de seus despojos é o objeto desta pesquisa.

O presente trabalho busca compreender a memória construída pelos federalistas, no jornal *Correio do Sul*, sobre a personalidade política de Gaspar da Silveira Martins, a partir da transladação de seus restos mortais para Bagé, entre agosto e setembro de 1920. O objetivo é analisar como o *Correio do Sul* retratou a figura política de Silveira Martins durante esse processo, identificar os principais

¹ IPHAN. Processo 337-T, 1944, destaca a presença do túmulo de Silveira Martins como argumento para tombamento como patrimônio histórico nacional da Catedral de São Sebastião

elementos dessa construção de memória e avaliar as implicações dessa construção para seu legado político e a percepção pública da época.

Para alcançar esse objetivo, buscamos, inicialmente, entender, à luz da historiografia, a relação de Silveira Martins com o Partido Federalista, analisando sua trajetória, sua atuação durante a Revolução Federalista, o impacto de sua morte sobre a agremiação política e o efeito de seu testamento político entre os federalistas. Com essa abordagem, pretendemos evidenciar a relevância de Silveira Martins para a organização partidária.

Na análise do discurso produzido pelo jornal *Correio do Sul* sobre o traslado dos restos mortais de Silveira Martins, foi utilizada a metodologia dedutiva, com base em uma revisão bibliográfica sobre as diferentes interpretações do conceito de memória na História. Isso permite compreender como o Partido Federalista de Bagé procurou definir a maneira de recordar, interpretar e valorizar esse evento.

Para este estudo, consideraram-se as definições e os conceitos de memória, memória coletiva e lugares de memória estabelecidos por Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2009), Fernando Catroga (2001), Michael Pollak (1992), Jacques Le Goff (1990) e Pierre Nora (1993).

O tratamento dado ao *Correio do Sul* como fonte também segue a metodologia proposta por Tânia Regina de Luca (2005, pp. 141-142), que envolve a constituição de uma série representativa, a observação de características materiais (como a periodicidade), a identificação dos colaboradores, do público e das fontes de receita do jornal, bem como das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a determinado assunto. O destaque dado ao tema, como evidenciado pela sua disposição nas edições impressas, é outro aspecto considerado na análise.

Este trabalho está organizado em duas partes. A primeira é composta pelo capítulo intitulado "Gaspar da Silveira Martins e sua relação com o Partido Federalista: um estudo da produção historiográfica", que apresenta a trajetória de Silveira Martins, seu legado para o Partido Federalista e o contexto histórico de sua atuação no Segundo Reinado e na República.

A segunda parte é composta pelo capítulo intitulado "A construção da memória de Gaspar da Silveira Martins nas páginas do *Correio do Sul* em 1920: o traslado do tribuno", que apresenta o jornal *Correio do Sul*, explica qual memória de Silveira Martins é reivindicada e identifica o que foi selecionado para ser lembrado, apontando elementos da construção da memória política.

2 GASPAR DA SILVEIRA MARTINS E SUA RELAÇÃO COM O PARTIDO FEDERALISTA: UM ESTUDO DA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Gaspar da Silveira Martins foi advogado, juiz e, durante o Império, participou da criação do Partido Liberal histórico², elegendo-se deputado provincial e deputado geral até assumir o cargo de senador. Destacou-se como Ministro da Fazenda, em 1878. Também atuou como grão-mestre da loja maçônica Grande Oriente Brasileiro. Em 1889, assumiu a presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e se tornou Conselheiro de Estado Extraordinário³, mas, após a Proclamação da República, foi preso e desterrado pelo governo provisório de Deodoro da Fonseca. E após retornar do exílio, em 1892, contribuiu para a organização do Partido Federalista. Morreu em autoexílio, em Montevidéu, Uruguai, em 1901.

Para compreender como o jornal *Correio do Sul*, imprensa do Diretório do Partido Federalista (PF) de Bagé (RS), retratou a personalidade política de Silveira Martins durante o processo de traslado de seus restos mortais em 1920, buscaremos, neste capítulo, explicar sua trajetória e seu legado no Partido Federalista, através de uma análise fundamentada na historiografia. Na primeira seção, será apresentado um breve perfil de Silveira Martins, destacando sua biografia e as principais influências que moldaram sua vida e carreira política.

Em seguida, buscaremos contextualizar sua atuação durante o Império e a transição para a República, explorando suas posições políticas e o impacto dessas posturas no cenário político da época. Para alcançar os objetivos propostos, realizamos uma revisão bibliográfica, dialogando com autores que contribuíram para a compreensão da importância de Silveira Martins no desenvolvimento do federalismo no Brasil. Dessa forma, pretendemos oferecer uma visão clara sobre a relevância histórica de Silveira Martins e suas contribuições para o Partido Federalista.

2 Conforme biografia publicada pelo Arquivo Nacional, Silveira Martins atuou na criação do partido ao lado de Manoel Luís Osório, Felix da Cunha e Davi Canabarro. Ver: ARQUIVO NACIONAL. CABRAL, Dilma. Gaspar da Silveira Martins. 2020. Disponível em <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/79-producao/70-biografias/835-gaspar-da-silveira-martins>, acessado em 19 de outubro de 2024.

3 O Conselho era uma instância mediadora do exercício do Poder Moderador, conforme destaca publicação do Arquivo Nacional. Ver: ARQUIVO NACIONAL. CABRAL, Dilma. Conselho de Estado. 2014. Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/290-conselho-de-estado>, acesso em: 19 de outubro de 2024.

2.1 A trajetória de Silveira Martins

Família e fronteira representam elementos determinantes para a formação da identidade de Gaspar da Silveira Martins, constituindo fatores imprescindíveis para a compreensão de sua trajetória política. Filho de brasileiros, Silveira Martins nasceu em 1834 na “Serra de Aceguá”, e foi batizado no Uruguai, conforme certidão da Paróquia Nossa Senhora del Pilar y San Rafael, localizada em Melo, no Departamento de Cerro Largo. Iniciou os estudos na Fazenda da Carpintaria, antes de migrar para Pelotas, onde morava o avô português, João Antônio Pereira Martins, conforme detalha Lafayette Rodrigues Martins (1979).

Graças à fronteira, Silveira Martins tinha dupla nacionalidade. Maria Medianeira Padoin e Mônica Rossato (2013, p. 21) destacam que “na Constituição do Estado Oriental do Uruguai de 1830 consta que são cidadãos naturais todos os homens livres, nascidos em qualquer parte do território do Estado”. Silveira Martins, portanto, foi considerado cidadão uruguaio. Padoin e Rossato observam, porém, que Silveira Martins também era brasileiro, com cidadania garantida pela Constituição do Império de 1824, que, em seu artigo 6º, considerava cidadãos brasileiros “os filhos de pai brasileiro, e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vierem a estabelecer domicílio no Império”.

A fronteira permitiu que Gaspar Silveira Martins, nascido em região formada por territórios dos Estados uruguaio e brasileiro, fosse considerado brasileiro e uruguaio, tendo por fundamento as questões legais, sociais e econômicas. Portanto, a Constituição do Uruguai garantiu a cidadania uruguaia pelo local de nascimento e a Constituição brasileira pela descendência, por ser filho de pais brasileiros com residência no Brasil (PADOIN; ROSSATO, 2013, p. 21).

Mônica Rossato e Maria Medianeira Padoin (2016) sustentam que o contexto fronteiriço moldou não apenas a identidade de Silveira Martins, mas também seu perfil político, propondo que a região desempenha papel crucial na formação de redes de poder que sustentaram sua trajetória e sua influência nas transformações políticas do Brasil, especialmente durante a transição da Monarquia para a República e a Revolução Federalista. Para as autoras, a partir de uma rede de relações sociais, políticas e econômicas, Silveira Martins estabeleceu vínculos significativos que o conectaram ao centro político do Rio de Janeiro e a esferas

internacionais, especialmente durante seu exílio na Europa e sua vivência em Buenos Aires e Montevideu.

Para as autoras, a trajetória de Gaspar da Silveira Martins, parte de uma família influente na fronteira platina, refletiu o papel das elites provinciais na formação do Estado Nacional brasileiro no século XIX. As famílias Silveira e Martins ajudaram a preparar e inserir Gaspar no mundo político do Império. Sua participação não se limitou apenas ao exercício de cargos na Corte, mas também à criação e organização de um projeto alternativo ao modelo republicano implantado em 1889 e ao positivismo de Castilhos no Rio Grande do Sul. Nesse processo, suas relações de poder foram fortalecidas, tanto no contexto político da República quanto pelas experiências vividas durante seu exílio na Europa e na Argentina.

A educação também exerceu um papel importante na trajetória de Silveira Martins. Sua formação em Direito exemplifica a estratégia adotada por famílias que buscavam se inserir ou reforçar sua influência no cenário político nacional, representada pelo envio de filhos para estudar fora da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, durante o período do Império, como evidencia Jonas Moreira Vargas (2011, p.51). A prática, de acordo com o autor, diferenciava essas famílias das que optavam por não enviar seus filhos para alguma universidade, que acabavam mais isoladas em suas comunidades. Silveira Martins, ao lado de outros líderes políticos, exemplifica essa dinâmica.

Jonas Moreira Vargas (2011) destaca que, entre os poucos membros da elite política que acumulavam cargos de destaque durante o período do Império, como ministro e senador, muitos eram interligados por laços de amizade, familiares e acadêmicos. A análise do autor indica que o sucesso político de integrantes da elite política da época, o que inclui Silveira Martins, estava também entrelaçado com relações que transcendiam o âmbito de atuação parlamentar, indicando que a política não era apenas uma questão de ideologia, mas também de redes sociais e históricas. Vargas (2011, p. 36) observa, ainda, que Silveira Martins “nunca abandonou suas bases econômicas em Bagé”.

A criação dos cursos de Direito no Brasil, a partir de 1827, está historicamente relacionada ao processo de consolidação da Independência e à construção de um Estado nacional. O objetivo era formar magistrados com conhecimentos em áreas essenciais do direito, como "direito natural, público, das gentes e das leis do

Império⁴". José Murilo de Carvalho (2011) destaca que as universidades desempenharam um papel importante na formação das elites políticas durante o Império, funcionando como locais de socialização e difusão de ideias.

Segundo Sérgio da Costa Franco (2010), Silveira Martins iniciou o curso de Direito em Recife e concluiu em São Paulo, em 1855. A respeito da transferência de instituição, José Murilo de Carvalho (2011, p. 83) afirma que "era fácil e comum a transferência de alunos de uma escola para outra, especialmente dos alunos de direito", observando que "as razões para transferências provinham em geral de atritos com professores ou do menor rigor do ensino em Pernambuco". Podemos intuir que a trajetória acadêmica não apenas preparou Silveira Martins para atuar como advogado e magistrado, mas também foi importante para posicioná-lo como uma figura influente no cenário político do Império.

Reforçando essa perspectiva, a análise de Jonas Moreira Vargas (2011, p. 33), sobre a elite sul-rio-grandense formada a partir da década de 50 do século XIX, aponta que metade dos oito integrantes desse seleto universo de líderes políticos que exerceram o cargo de ministro no Império, estudaram Direito na Faculdade de São Paulo. A lista inclui Silveira Martins, Henrique Francisco d'Avila (ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1883) e Antônio Ferreira Vianna (ministro do Império e da Justiça em 1888-1889), todos da turma de 1855; além de José Francisco Diana (ministro de Estrangeiros em 1889), da turma de 1868.

Ainda durante o Império, Silveira Martins atuou na organização do Partido Liberal, chegando à Assembleia Provincial, ao lado de Henrique d'Avila, em 1862. Conforme detalha Franco (2010, p.116), o manifesto que Silveira Martins e Félix da Cunha utilizaram para se candidatar a deputados gerais em 30 de maio de 1863 é um documento que apresenta os principais pontos do programa do Partido Liberal. O autor destaca também que o porta-voz das ideias liberais na imprensa foi o jornal *A Reforma*, que passou a circular em 1869. E, ainda de acordo com Franco, sob o comando de Silveira Martins, o Partido Liberal manteve sua liderança na província a partir de 1872.

O manifesto defendia, entre outros pontos, conforme evidenciado por Sérgio da Costa Franco (2010, p.116): a soberania nacional como base de todos os

4 Ver: ARQUIVO NACIONAL. CABRAL, Dilma; GABLER, Louise; PONTES, Salomão. Conselho de Estado. 2017. Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/422-cursos-juridicos>. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

poderes, a responsabilidade dos ministros pelos atos do Poder Moderador, eleição direta e sufrágio universal, serviço militar obrigatório e abolição do castigo da chibata, separação entre judicatura e polícia, reforma das municipalidades, reforma da Guarda Nacional e descentralização administrativa.

É possível compreender que, embora Silveira Martins respeitasse algumas das diretrizes básicas do Partido Liberal, suas propostas revelavam uma preocupação com a inclusão e a modernização do Estado, o que o posicionava como um político que, enquanto liberal, buscava também adaptar os princípios do partido a um contexto mais amplo de transformação social.

Em sua atuação parlamentar, Silveira Martins defendeu a eleição direta, a elegibilidade dos acatólicos, a construção de ferrovias e a promulgação de leis fiscais para a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com o objetivo de estimular o comércio e combater o contrabando na fronteira. Na avaliação de Lafayette Rodrigues Martins (1979, p.39), a contenda do tribuno com o deputado geral Irineu Evangelista de Sousa (futuro barão de Mauá), também membro do Partido Liberal, por conta do apoio conferido ao gabinete conservador (1871-1875) de José Maria da Silva Paranhos (visconde de Rio Branco) em 1873, foi importante para a consolidação da liderança de Silveira Martins. Mauá acabou renunciando, o que refletiu no fortalecimento de Silveira Martins como líder partidário.

Sérgio da Costa Franco (2010, p. 132) destaca que Silveira Martins foi eleito deputado provincial aos 27 anos, em 1862, ano em que fundou o jornal *A Reforma*, reelegendo-se até 1866, retornando em 1873 para permanecer até 1889. Também pelo Partido Liberal, elegeu-se deputado geral em 1872, permanecendo no cargo entre 1873 e 1880.

Em 1878, de acordo com Lafayette Rodrigues Martins (1979, p.65), assumiu o Ministério da Fazenda. E entre as medidas adotadas como ministro, podemos destacar a prorrogação, por um ano, da suspensão da cobrança de impostos sobre o gado bovino e lanígero importados para o Império do Brasil⁵, que refletia no contexto econômico da região fronteira do Rio Grande do Sul. Silveira Martins renunciou ao cargo em 1879, quando sua emenda ao projeto de reforma eleitoral, que previa direitos políticos de estrangeiros e acatólicos, foi rejeitada pelo gabinete

5 BRASIL. Decreto nº 7.077, de 9 de novembro de 1878. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7077-9-novembro-1878-548095-publicacaooriginal-63061-pe.html>. Acesso em: 10 maio 2024.

do Visconde de Sinimbu, ministério formado pelo Partido Liberal, retornando à atuação parlamentar.

Por escolha do Imperador, alcançou o Senado vitalício em 1880, fazendo fama nas legislaturas em que atuou, pela “poderosa e torrencial eloquência” (FRANCO, 2010, p.132). E em janeiro de 1889, foi nomeado para o Conselho de Estado, órgão descrito por Jonas Moreira Vargas (2011, p. 29) como um espaço reservado aos políticos mais experientes do Império. A partir de convocações do imperador, o Conselho deliberava sobre questões de interesse nacional, embora temas provinciais e até locais também frequentemente influenciassem as discussões. Diferentemente dos ministros de Estado, mas de forma semelhante aos senadores, os conselheiros, uma vez nomeados pelo imperador, ocupavam seus cargos de maneira vitalícia.

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, Silveira Martins foi desterrado e obrigado a residir na Europa, por força do decreto nº 78, de 21 de dezembro, assinado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, antigo desafeto, então na condição de Chefe do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exército e pela Armada⁶, em nome da Nação. O desterro inviabilizou sua participação na Assembleia Nacional Constituinte, convocada para elaboração da Constituição republicana.

À frente do Partido Liberal, Silveira Martins havia assumido a presidência da Província de São Pedro Rio Grande do Sul em junho de 1889, em uma estratégia do Império, que se empenhava para dominar as crescentes tendências republicanas. De acordo com Ricardo Vélez Rodríguez (1980, p.28) “ali iniciava um movimento de ‘limpeza’ em todos os cargos, que foram sendo ocupados predominantemente pelos liberais”, e, assim, “ressentidos com a monarquia que os repudiara, os conservadores começaram a aderir em massa ao Partido Republicano”.

A crise do Império, que resultou na Proclamação da República, envolve uma série de causas sociais e econômicas, incluindo o crescimento do movimento republicano. De acordo com Marcelo Figueiredo (2011, p. 137), “a partir da década de 1870, começou a surgir uma série de sintomas de crise, como o início do movimento republicano e os atritos do governo imperial com o Exército e a Igreja”. O

6 O Decreto destaca a manutenção da ordem e da paz. BRASIL, Decreto nº 78, de 21 de dezembro de 1889. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-78-21-dezembro-1889-542219-publicacaooriginal-50068-pe.html>. Acesso em: 26 de outubro de 2024.

autor reforça que o fim da monarquia foi resultado de diversos fatores, mas observa que o principal impulso veio do Exército e de um setor significativo da burguesia cafeeira de São Paulo, que estava politicamente organizado no Partido Republicano Paulista (PRP).

Conhecer a composição do Exército e da Marinha, como propõe Renato Mocellin (1989, p.9), ajuda na compreensão sobre o papel desempenhado pelas Forças Armadas na Proclamação da República e nos primeiros anos do regime republicano. Renato Mocellin (1989, p.9) especifica que, durante o império, os jovens de classe média, “por não terem condições financeiras de frequentar as faculdades de Direito, iam estudar na Escola Militar. Lá recebiam a influência do professor Benjamin Constante, adepto da doutrina positivista”. A origem social, ainda de acordo com a avaliação de Mocellin, contribuiu para distanciar o Exército do regime imperial.

No Rio Grande do Sul, com a Proclamação da República, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos, chegou ao poder. Ricardo Vélez Rodríguez (2007, p. 57) enfatiza que “na inspiração do castilhismo, a República passou a ser uma instituição autoritária”. O castilhismo, como explica o autor, tem inspiração positivista, que se opõe à concepção política liberal, que pressupõe a ideia de representatividade, estabelecendo, no período da Primeira República, um cenário de embate ideológico.

2.2 Gaspar da Silveira Martins e o Partido Federalista

A revogação do desterro de Silveira Martins, por meio do decreto nº 1.037, assinado por Deodoro da Fonseca no dia 19 de novembro de 1890, quatro dias depois da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, que atuaria na elaboração da Constituição Republicana dos Estados Unidos do Brasil, ocorreu em um contexto de consolidação das novas instituições republicanas. Inicialmente, o governo provisório adotou medidas rigorosas, a exemplo do banimento de figuras como Silveira Martins, como especifica o texto do próprio decreto nº 1.037, para prevenir qualquer desordem que pudesse ameaçar a estabilidade do novo regime.

Mesmo se estivesse no Brasil, Silveira Martins teria poucas chances de participar da elaboração da Constituição. Sérgio da Costa Franco (2007, p. 130) aponta que o exercício da oposição na Assembleia Constituinte foi marcado por

desafios significativos, principalmente devido à forma como a legislação eleitoral foi estruturada após a Proclamação da República. Segundo o autor, a ampliação do sufrágio, embora tenha aumentado o corpo eleitoral também alterou o panorama político, dificultando a reorganização dos partidos tradicionais do regime monárquico, o Partido Liberal e Partido Conservador. O regulamento da eleição, que permitia apenas a participação de autoridades, como presidentes de estados e chefes de polícia, gerou descontentamento imediato entre os opositores. A falta de representação para as minorias e o controle do alistamento por figuras ligadas ao governo igualmente dificultaram a articulação de uma oposição efetiva.

Formada em reação ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que buscava ocupar todas as posições de mando, a União Nacional reuniu liberais, conservadores e dissidentes republicanos em uma oposição que não tinha o caráter de partido (FRANCO, 2007, p. 131). A coligação, que teve como líder o Visconde de Pelotas, primeiro presidente provisório do estado após a Proclamação da República, se absteve de apresentar candidatos na eleição para a Assembleia Constituinte, alegando falta de garantias, fraude no alistamento eleitoral e violências do governo. O PRR, assim, elegeu todos os seus candidatos. Renato Mocellin (1989, p.12) afirma que os constituintes defendiam um modelo de federalismo que define como extremado. A intenção era dispor de autonomia para implantar um governo centralizado. “O que objetivavam era implantar um governo nos moldes da doutrina positivista (forte e elitista). Para isso, era fundamental que o estado tivesse uma grande autonomia em relação à União” (MOCELLIN, 1989, p.12).

Silveira Martins retornou ao Brasil em janeiro de 1892. Durante sua ausência, o estado tivera cerca de 10 presidentes em pouco mais de dois anos. O dissidente republicano, João de Barros Cassal, que estava no poder, era hostil aos castilhistas e aos velhos liberais, conforme detalha Sérgio da Costa Franco (2007, p.133). O autor aponta que Silveira Martins queria criar um partido independente e forte para, ao mesmo tempo, combater o castilhismo e o *Governicho*, além de se preparar para as eleições que estavam chegando, defendendo os princípios liberais (FRANCO, 2007, p.134).

O termo *Governicho* designa o período de governos provisórios da dissidência republicana estabelecidos entre 12 de novembro de 1891, com a deposição de Júlio de Castilhos, líder do PRR, e 17 de junho de 1892, com o retorno do partido ao poder. Sérgio da Costa Franco (2007, p. 134) enfatiza que durante a ausência de

Gaspar da Silveira Martins, “a liderança da oposição ao grupo de Júlio de Castilhos havia tocado ao Visconde de Pelotas, em Porto Alegre, e ao veterano general João Nunes da Silva Tavares, que tinha em Bagé seu foco de atividades”. Tavares, que era oriundo do Partido Conservador, e, durante muito tempo, adversário de Silveira Martins, havia aderido ao Partido Republicano ao fim do período monárquico.

Neste contexto, o Partido Federalista foi criado em congresso realizado em Bagé (RS), no dia 31 de março de 1892. Sérgio da Costa Franco (2007, p. 135) explica que, reconciliado com o antigo adversário, Silveira Martins propôs a candidatura de Tavares ao governo do Estado. Segundo o autor, o programa partidário defendia a adoção do parlamentarismo, a suspensão da Constituição de 14 de julho de 1891, a redução do mandato do presidente do estado (de 5 para 4 anos) e a proibição de reeleição, além de propor que os deputados da Assembleia Estadual fossem eleitos por distritos e que o Legislativo tivesse o direito de apresentar projetos de lei. No entanto, esse programa nem chegou a ser discutido nas eleições.

Para Moacyr Flores e Hilda Agnes Hübner Flores (1993, p. 37) “a desorganização do Governicho propiciou o retorno de Júlio de Castilhos numa violenta reação armada da Guarda Cívica, depois Brigada Militar”. Castilhos voltou ao poder no estado com o apoio do Presidente da República, o marechal Floriano Peixoto, restaurou a Constituição estadual, nomeou Vitorino Monteiro vice-presidente e renunciou. Joseph Love (1971, p. 61) observa que “em seguida ao golpe de Estado, os republicanos demitiram sistematicamente os funcionários federalistas”. Como reação à perseguição dos republicanos, a violência foi intensificada. E em 25 de janeiro de 1893, após realização de eleições, Castilhos foi empossado como governador. Muitos federalistas então migraram para a Argentina e para o Uruguai, onde possuíam propriedades. “Este êxodo fez com que um grupo se reunisse em massa para uma invasão acobertada por um governo amigo” (LOVE, 1971, p. 65). A Revolução Federalista, guerra civil que ficaria conhecida pelo nome do partido liderado por Silveira Martins, foi deflagrada no dia 2 de fevereiro de 1893, “quando um bando de federalistas cruzou a fronteira uruguaia em direção a Bagé” (LOVE, 1971, p. 66).

A liderança militar, como detalha Mocellin (1989 p. 17), caberia a João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares). Ainda no campo militar, teria atuação destacada o estancieiro uruguaio Gumercindo Saraiva. A Silveira Martins caberia a liderança

política. Ana Luiza Setti Reckziegel (2007, p. 33) observa que “foi do Norte do Uruguai que Silveira Martins comandou a invasão ao Rio Grande do Sul”.

De acordo com John Chasteen (2003, p.23), praticamente todos os homens que se juntaram ao exército de Gumercindo, eram moradores de estâncias que cobriam a fronteira do Uruguai com o Rio Grande do Sul. Alguns eram proprietários de terra; outros, no entanto, eram agregados, homens que viviam em terras de estancieiros e ali criavam seus próprios animais em troca de serviços ocasionais para o proprietário da terra. John Chasteen (2003, p.24) afirma que “os estancieiros tinham certos interesses econômicos próprios, especialmente a cobrança de impostos sobre a mercadoria e animais que cruzavam a fronteira”.

Joseph Love (1971, p. 66) observa que muitos uruguaios que acompanharam os estancieiros brasileiros nos primeiros ataques ao Rio Grande eram originários de um departamento no Uruguai, habitado por espanhóis da região da Maragataría. Por isso, os republicanos passaram a chamar todos os federalistas de "maragatos", associando-os a estrangeiros invasores. Os republicanos também os acusaram de separatismo e monarquismo. Ana Luiza Setti Reckziegel (2007, p. 33) explica que “no país vizinho, os federalistas mantinham boas relações tanto com o Partido Blanco, quanto com os colorados, e muitos deles possuíam propriedades naquele país”.

O conflito armado, que se estendeu entre 1893 e 1895, foi marcado por extrema violência, com práticas brutais, como a "degola", em que prisioneiros de guerra tinham suas gargantas cortadas, usada por ambos os lados. Durante o Cerco de Bagé (entre novembro de 1893 e janeiro de 1894), os republicanos, comandados pelo coronel Carlos Maria da Silva Telles, armaram defesa na praça da Igreja de São Sebastião, que ficou, conforme Tarcísio Taborda (1975, p. 152), com suas paredes externas cravejadas de balas.

O cerco de Bagé, considerado "um dos eventos mais relevantes da Revolução Federalista" (LOPES, ANDRADE E BRASIL, 2021, p. 14), foi motivado por três fatores principais: Bagé era uma cidade estratégica, pois controlava o acesso à fronteira e facilitava a obtenção de armas; era importante para os federalistas, por ser o local de fundação do partido e a residência de suas principais lideranças, com propriedades urbanas e rurais; e, por fim, tinha um valor simbólico, pois os federalistas queriam transformá-la em seu quartel-general e, possivelmente, na capital do Estado em caso de vitória (LOPES, ANDRADE E BRASIL, 2021, p. 15).

Sob ataque dos federalistas, a igreja de São Sebastião representava um símbolo do poder da família Silveira Martins. O projeto do templo teve como autor o arquiteto italiano José Obino e a obra foi custeada com recursos do Governo da Província, de espetáculos promovidos para arrecadação e donativos da população. Uma grande doação de 12 contos de réis foi feita pelo pai de Silveira Martins, o estancieiro Carlos Silveira Moraes Ramos, com a condição de que uma das torres abrigasse o túmulo de sua família, como evidencia Taborda (1975) no livro *A Igreja de São Sebastião de Bagé*.

A igreja católica constituía a religião oficial do Império. Jorge Victor de Araújo Souza (2008, p. 109), analisando as relações de determinadas elites com o mosteiro beneditino do Rio de Janeiro entre os séculos XVI-XVII, observa que “a doação de terras a mosteiros e conventos ampliava o atributo de grandeza social” desde a Idade Média, destacando que “em Portugal, são inúmeros os exemplos de doações a igrejas, conventos e mosteiros por parte de nobres e da própria realeza” (SOUZA, 2008, p. 109). As doações seriam uma forma de prestígio social.

Na mesma linha, João Fragoso (2015 p. 81), ao analisar testamentos, também evidenciou a relação entre doações à misericórdia e a ordens religiosas no Rio de Janeiro e a afirmação desse prestígio, nos séculos XVII e XVIII. Os trabalhos de Souza e Fragoso permitem uma interpretação sobre a postura da elite brasileira.

Conforme Taborda (1975, pp. 119 e 120), a concessão feita pelo bispo diocesano a Carlos Silveira, para ser sepultado em uma das torres da nova Igreja Matriz, foi solicitada pela comissão encarregada de arrecadar recursos para a construção do templo, em agosto de 1862, e aprovada em setembro do mesmo ano. A aprovação concedeu ao pai de Silveira Martins a “faculdade de fundar para si e para sua mulher um jazigo na forma requerida” (TABORDA, 1975, p. 120).

De acordo com Rossato e Padoin (2015), Carlos Silveira, pai de Gaspar da Silveira Martins, estabeleceu-se com sua esposa nas terras de seu sogro, João Antonio Martins, em Asseguá, no Uruguai. Registros de 1831 indicam que Carlos Silveira exercia a função de Juiz de Paz de Asseguá, o que demonstra sua participação política e inserção na comunidade local. Não há registros de bens urbanos do casal Carlos Silveira e Maria das Dores Martins no Uruguai, mas sim em Bagé, na Província do Rio Grande do Sul, onde possuíam onze prédios em terreno extenso. Além das estâncias e campos de criação de gado, conforme as autoras, o investimento em propriedades urbanas foi uma característica presente na família.

A guerra civil terminou com a vitória dos republicanos. E mesmo com a pacificação, segundo Laudelino T. Medeiros (1995, p 114), formalmente completada com a anistia, em 1895, após o processo de desarmamento, “seria preciso decênios passarem por cima dos acontecimentos revolucionários para que o esquecimento limpasse da vida do Rio Grande os rancores criados na Revolução”. Mas para os federalistas, derrotados, também haveria um saldo positivo. Segundo Sérgio da Costa Franco (2007, p. 138), o negociador federal, general Inocêncio Galvão de Queiroz, revelava simpatias pelo federalismo. E o tratamento benevolente dispensado aos líderes federalistas “concorreu para levantar o ânimo dos rebeldes” (FRANCO, 2007, p. 138), motivando os federalistas a logo buscarem a reorganização do partido.

Evidências desta conclusão podem ser encontradas no resultado do novo congresso do Partido Federalista, presidido por Silveira Martins, em Porto Alegre, um ano após a pacificação. De acordo com Sérgio da Costa Franco (2007, p. 142), o programa adotado em 1896, representou “um plano de ação com ambições nacionais”. Tinha também o que o autor define como sentido centralizante, reforçando a competência e os poderes da União, em posição aposta à de Júlio de Castilhos perante o Congresso Constituinte de 1891.

O programa aprovado em 1896 defendia a República parlamentar, a eleição do presidente pelo Congresso e “a reforma da bandeira nacional com a absoluta supressão do lema da religião anticristã de Augusto Comte” (FRANCO, 2007, p. 143).

2.3 O líder federalista morre no Uruguai

Silveira Martins morreu durante o autoexílio, em 23 de julho de 1901, às 17 horas, na casa de João José Gabin, na *calle* Caiguá, em Montevideu, capital do Uruguai (MARTINS, 1979). No Brasil, sua morte repercutiu no Senado, com discurso do republicano José Gomes Pinheiro Machado, e na Câmara dos Deputados, com manifestação do também republicano Cassiano do Nascimento, que apresentou pedido para suspensão da sessão ordinária do dia 24 de julho, atendido pela presidência da Casa Legislativa, em respeito ao tribuno gaúcho, que, apesar de adversário do PRR, era considerado uma importante liderança política no país e no Rio Grande do Sul.

Alguns dos principais jornais do Brasil publicaram obituários, inclusive *O Paiz*, jornal de caráter conservador, editado no Rio de Janeiro, para um público de intelectuais, e o *Jornal do Brasil*, também editado na capital, mas direcionado a um público mais popular⁷. E em sinal de luto, a Sociedade Propagadora das Belas Artes fechou as portas do Liceu de Artes e Ofícios, no Rio de Janeiro, por dois dias.

A atitude manifestada pelos dirigentes desta instituição revela a gratidão a Silveira Martins por ter colocado à disposição um prédio para ser anexado ao do Liceu, em 1878, quando exercia o cargo de Ministro da Fazenda do Império. A medida, adotada por intervenção da Princesa Isabel, de acordo com Alba Carneiro Bielinski (2003, p. 109), visava atender ao aumento das matrículas da instituição, que oferecia cursos gratuitos, no horário noturno, para homens livres, sem “distinção de idade, raça, nacionalidade ou credo” (BIELINSKI, 2003, p. 99).

As homenagens ao tribuno também foram realizadas no Rio Grande do Sul. Em Bagé, município com o qual tinha fortes vínculos familiares e políticos, amigos e correligionários do Partido Federalista distribuíram cartões-postais com a foto e o trecho de um telegrama redigido por Silveira Martins, dirigido ao general Silva Tavares, em 1892, no qual recomendava evitar a deflagração de uma guerra civil⁸. A seleção deste trecho expressa o intuito de demonstrar que homenagens ao tribuno foram realizadas no Rio Grande do Sul, destacando a ligação de Silveira Martins com Bagé e seus vínculos familiares e políticos.

No dia 27 de julho, o programa de espetáculos do Cinematógrafo Grand Prix, que se apresentou no Teatro 28 de Setembro, incluiria a exibição de retratos de dois metros do presidente da República, Campos Salles, do presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, de Silveira Martins e de Júlio de Castilhos⁹.

Silveira Martins preservava posição de liderança no Rio Grande do Sul, apesar da sua perda de poder político com advento da República. Segundo Martins (1979, p. 104), no dia em que morreu, Hipólito Ribeiro, dissidente republicano, o

7 Barros (2023) destaca que *O Paiz* era considerado o jornal carioca mais conservador na primeira metade do século XX (p.82), enquanto o *Jornal do Brasil*, periódico de caráter popular, que chegou a atingir a marca de 60 mil exemplares diários em 1900, configurando o maior em circulação na América Latina (p.80), era mais marcado pela diversidade de opiniões políticas. As edições de ambas as publicações podem ser acessadas na Hemeroteca Digital Brasileira.

8 Cópia do cartão postal foi reproduzida em perfil parlamentar publicado pela Câmara dos Deputados. In: MARTINS, Gaspar da Silveira. Discursos parlamentares. Brasília, Câmara dos Deputados, 1979. 488 p. (Perfis parlamentares, 14). pp. 457-458.

9 Programa completo foi publicado na edição pelo jornal *O Commercio*, de Bagé, do dia 27 de julho de 1901. O COMMERCIO. Theatro 28 de Setembro – Maravilhoso Cinematographo. 27 jul. 1901, ed 1722, p 2. Localização: MUSEU DOM DIOGO DE SOUZA.

aguardava em Paso de Los Toros, cidade localizada ao sul do departamento de Tacuarembó, em uma distância de aproximadamente 250 quilômetros da fronteira com o Brasil, para conferenciar sobre problemas políticos do Rio Grande do Sul”. A carta¹⁰ assinada por Geraldino Silveira, cônsul em Montevideu, endereçada a Borges de Medeiros, revela a preocupação dos republicanos com a influência de Silveira Martins.

Na correspondência, Geraldino afirma ter acompanhado os discursos proferidos durante o velório, destacando que Pedro Moacyr tratou de politizar a cerimônia, repetindo, várias vezes, que o cadáver de Silveira Martins representava uma bandeira para os federalistas. O cônsul ponderou que com a morte do líder federalista “é mais evidente que a falange libertadora do Rio Grande caia agora em um período de completo desânimo, apesar de que não faltarão as fases retumbantes das ameaças dos oradores fúnebres” (1901, pp. 2 e 3).

A carta de Geraldino evidencia que Silveira Martins era encarado como uma ameaça e que sua morte foi interpretada, pelo cônsul, como um golpe para os federalistas. Antes da morte de Silveira Martins, Pedro Moacyr, liderança do diretório central do Partido Federalista, esteve em Montevideu para debater com o líder federalista “a definição de um programa de reformas políticas para o país” (FRANCO, 2007, p. 145) e reformular a resistência à hegemonia do castilhismo no Rio Grande do Sul. De acordo com Ana Luiza Setti Reckziegel (2015, p. 306), lideranças federalistas tratavam de inserir-se nas querelas políticas do Uruguai para tirar proveito para sua causa.

Reckziegel (2015 p. 307) enfatiza que a posição de Geraldino, aconselhando Borges de Medeiros a continuar monitorando os correligionários do partido serve como uma evidência de que os federalistas ainda eram vistos como alvo de vigilância pelo governo gaúcho no Uruguai, mesmo seis anos após a vitória dos seguidores de Júlio de Castilhos na guerra civil, especialmente Rafael Cabeda.

A morte de Silveira Martins repercutiu também no Uruguai, seu país natal. Na edição 32 do jornal Rojo e Blanco foi publicado o obituário que destacou sua trajetória política, a atuação na liderança do Partido Federalista, e tratou sobre a questão de sua nacionalidade, definindo o Brasil como pátria de adoção. No

10 CORRESPONDÊNCIA de Geraldino Silveira para Borges de Medeiros. Montevideu, 25 jul. 1901 (3 f.). Localização: IHGRGS, Fundo Borges de Medeiros, Doc. 12158.

necrológico, o semanário, batizado pelas cores que caracterizavam os dois principais partidos políticos do Uruguai, destaca que não pretende reivindicar a nacionalidade de quem serviu, antes de mais nada, à pátria brasileira. Vejamos um trecho do obituário:

Era Silveira Martins oriental de nacimiento. Había nacido en Aceguá (Cerro-Largo), en la zona fronteriza, donde se confunden los limites políticos del Uruguay y Brasil como se confunden el idioma y los costumbres (...). Jamás negó él su origen uruguayo, que podrían atestiguar por otra parte sus compañeros de estudios liceales em San Pablo (...). No pretendemos, sin embargo, revindicar su nacionalidad á quien sirvió antes que nada á su patria brasilera, patria de sus padres y patria suya de adopción. El vivió como brasilero y cono brasilero murió, lleno de amor á la gran nación cuyos destinos inciertos en los tiempos que sucedieron al Impelió era su preocupación dominante” (*ROJO Y BLANCO*, nº 32, año 2, 28 jul. 1901, p.16)

O corpo de Silveira Martins foi sepultado no túmulo de Joaquín Suárez de Rondelo, conforme atesta o registro do Cemitério Central de Montevideú, o que reforça as relações estabelecidas a partir da fronteira. A união entre as famílias Martins e Suárez se deu através de José Luis Martins, tio materno de Silveira Martins, e de Maria Luisa Suarez, filha de Joaquin Suarez, descendentes de Bernardo Suarez, um dos primeiros proprietários de terras no Departamento de Cerro Largo, conforme atesta Germán Gil Villamil (1981).

À luz da historiografia, Silveira Martins emerge como um integrante de destaque da elite política do Rio Grande do Sul, formada no período do Segundo Reinado, e que ocupou os principais cargos públicos do Império, liderando o Partido Liberal. Sua influência não se extinguiu com a Proclamação da República. Após ser preso e desterrado, retornou ao Brasil para assumir a liderança da oposição ao castilhismo, articulação que se centrava na defesa do parlamentarismo, com a criação do Partido Federalista, em 1892. E sua trajetória continuou a reverberar mesmo após sua morte, em 1901.

2.4 O testamento político de Silveira Martins e o Partido Federalista

Conforme Joaquim Luís Osório (1992, p. 64), em setembro de 1901, Pedro Moacyr, Rafael Cabeda, Alcides Lima e João de Barros Cassal, assinaram um manifesto em defesa de um novo programa para o Partido Federalista, que tinha

como base o testamento político de Silveira Martins, apresentando 22 pontos. De acordo com Osório, O partido convocou congresso para o dia 20 de novembro do mesmo ano, em Bagé. Osório (1992, p. 64) destaca que “a Comissão Central do Partido Republicano Liberal¹¹ convidava os seus correligionários para comparecerem ao congresso de Bagé, para a unificação das oposições”. Mas o congresso resultou na aprovação de uma moção conciliatória, sem deliberar sobre mudanças no programa partidário.

A realização do congresso teve a intenção de estabelecer uma posição em meio à discussão de uma possível revisão da Constituição de 1891 (FRANCO, 2007, p. 147). Já a proposta de inserir o testamento de Silveira Martins teve o intuito de estabelecer “um novo projeto do Partido Federalista” (FRANCO, 2007, p. 145), associando o legado do tribuno com a imagem do Partido Federalista. Tratava-se de uma estratégia para consolidar o partido, conquistar novos correligionários e fortalecê-los para competir com o PRR nas eleições. Dessa forma, os correligionários do PF poderiam enfrentar a hegemonia do PRR, conquistar o poder e realizar reformas políticas para aplicar o programa de Silveira Martins.

Ricardo Vélez Rodríguez (1980, p. 148) classifica o testamento político de Silveira Martins como “uma resposta, no campo do direito constitucional, à Carta de 14 de julho”. Para o autor, a adoção do regime parlamentar, expresso no programa que constitui o denominado testamento, representava uma proposta de fortalecimento do papel do Congresso Nacional, contrapondo o acúmulo de poderes do presidente, em uma reação ao modelo estabelecido pela Constituição castilhistas de 1891. O que buscava, na prática, era implantar uma República federativa, submetendo o Estado ao poder Legislativo e assegurando a liberdade do Judiciário.

Para Eduardo Rouston Junior (2014, p. 667), é evidente que o testamento político de Silveira Martins foi motivado pela perspectiva de reação ao regime autoritário de Castilhos. O autor destaca dois pontos do testamento. O primeiro trata sobre o fortalecimento do governo representativo, claramente defendido pelo tribuno dentro dos parâmetros de uma República presidencialista. O segundo diz respeito à defesa da centralização política, com ênfase no fortalecimento da união sobre os estados.

O programa político do Partido Federalista, definido no Congresso de Bagé

11 De acordo com Osório (1992, p. 45), Partido foi formado por republicanos dissidentes e ex-integrantes da União Nacional, formada por representantes dos partidos Liberal e Conservador

em 1892, apresentava uma concepção e distribuição de poderes diferentes do modelo castilhistas, implantado na Constituição Estadual de 14 de julho de 1891. Enquanto o programa de Castilhos¹², inspirado no positivismo de Augusto Comte, de quem extraiu “a crença na forma de governo republicana e ditatorial” (LOVE, 1975, p. 39), estabelecia um Legislativo com autoridade restrita a questões orçamentárias, um Executivo com mandato de cinco anos, com direito à reeleição consecutiva e poderes para legislar por decreto, bem como nomear o vice-governador (LOVE, 1975, p. 49), o primeiro programa do PF buscava a substituição da constituição comtista por uma republicana, a eleição do presidente para um mandato de quatro anos, sem reeleição, e a iniciativa do governo e da Câmara para a apresentação de leis (FRANCO, 2007, p. 135).

O testamento político de Silveira Martins, “que de imediato não recebeu aval de alguns setores do partido” (FRANCO, 2007, p. 145), buscava a eleição do presidente da República pelo Congresso Nacional, com mandato de sete anos, a ampliação dos casos de intervenção federal nos estados, a revisão das constituições dos estados pelo Senado, a unidade de direito e de processo, determinando que os estados não poderiam organizar polícias com caráter militar, em clara reação à criação da Brigada Militar, por Castilhos. Novo programa, aprovado pelo congresso federalista de 1917, “reproduz de algum modo o testamento político de Silveira Martins, apenas com a ausência de algumas regras específicas de funcionamento do governo de gabinete” (FRANCO, 2007, p. 159).

Podemos concluir que o programa de 1917, embora similar ao testamento de Silveira Martins, reflete as transformações internas do partido e do cenário político, com a inclusão de novas prioridades. Também é possível afirmar que, com a renovação do Partido Federalista, o testamento político de Silveira Martins assume um papel fundamental na adaptação do partido às novas realidades políticas. A transição de liderança, marcada pelo envelhecimento de antigos líderes e o surgimento de novas figuras (FRANCO, 2007, p. 159), faz com que o testamento se torne uma referência essencial para a consolidação de um projeto que visava não apenas a continuidade de ideias, mas também a sua atualização diante dos desafios emergentes.

¹² Love (1971, p. 47) destaca o papel de Castilhos na elaboração da Constituição, observando que na eleição à Assembleia Constituinte estadual a oposição política não conseguiu eleger nenhum representante

3 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE GASPAR DA SILVEIRA MARTINS NAS PÁGINAS DO *CORREIO DO SUL* EM 1920: O TRANSLADO DO TRIBUNO

Os despojos de Silveira Martins foram trasladados de Montevideu, no Uruguai, para Bagé (RS), em 1920. “Entre grande pompa e manifestações populares”, como registra Eduardo Rouston Junior (2014, p. 676), “os restos mortais do tribuno desembarcaram em Rio Grande, visitaram Pelotas, Porto Alegre e Santa Maria até serem definitivamente inumados em Bagé”. O Diretório do Partido Federalista de Bagé organizou um programa especial para o sepultamento do líder, ocorrido em 3 de setembro.

Em 1920, o município de Bagé (RS), na fronteira com o Uruguai, de acordo com dados da Fundação de Economia e Estatísticas do Rio Grande do Sul (1981), ocupava uma área de 7.180 quilômetros quadrados, dividida em oito distritos: Bagé, Piraí, Olhos d'Água, Palmas, Santa Rosa, Rio Negro, Candiota e São Domingos. Contava com 43.800 habitantes, sendo a maioria (22.800) residente na área rural. Apenas 18.126 sabiam ler e escrever, sendo a maioria homens, de 15 anos ou mais (8.210). O intendente era Martim Tupy Silveira, vinculado ao PRR, que ocupava o cargo desde 1914. O PRR, aliás, controlou o poder municipal de Bagé durante todo o período da Primeira República.

O jornal *Correio do Sul* foi inaugurado no dia 20 de setembro de 1914, data significativa para a historiografia, por fazer referência à Guerra dos Farrapos (1835-1845). A direção do periódico, qualificado como imprensa oficial do diretório de Bagé (RS) do Partido Federalista, foi confiada a João Fanfa Ribas, que, de acordo com Osvaldo Orico (1935, p. 199), conheceu Silveira Martins ainda jovem, quando solicitou apoio para ingressar no Colégio Militar. O jornal estabelecido na cidade em que o Partido Federalista foi fundado, em 1892, se tornaria o que Mário Lopes (2007, p.58) caracteriza como “bíblia do federalismo”.

De acordo com Cláudio de Leão Lemieszek (2010, p.33), o *Correio do Sul*, na época de sua criação, possuía máquinas e equipamentos de última geração. Sua impressora, movida a eletricidade, permitia a impressão diária em formato tabloide. Disponível tanto por assinatura quanto avulso, o jornal alcançou praticamente todos os municípios do estado e as principais capitais. A ampla aceitação do *Correio do Sul*, na avaliação do autor, ficava evidente quando, em algumas edições,

comunicava que não havia espaço disponível para novas publicidades, devido à alta demanda, o que evidencia a publicidade como importante fonte de receita.

Ao salientar que “foi através das colunas do *Correio do Sul* que o pensamento federalista se difundiu por todo o Rio Grande do Sul”, Lemieszek, (2010, p. 34) explica que os textos de Fanfa Ribas foram marcadamente opositores ao governo de vinte e cinco anos de Antônio Augusto Borges de Medeiros. O público do *Correio do Sul*, portanto, não se restringia ao município de Bagé (RS).

Para analisar a construção da memória de Silveira Martins no discurso do jornal *Correio do Sul*, durante o contexto do traslado dos seus restos mortais, é preciso compreender o conceito de memória, por meio de uma revisão bibliográfica. A partir das contribuições dos especialistas poderemos compreender como o Partido Federalista de Bagé procurou determinar a maneira como Silveira Martins deveria ser lembrado, interpretado e valorizado.

Cabe salientar que a memória, para a Ciência Histórica, pode ser entendida como um processo de recuperação e interpretação de eventos passados, focado na reação e no impacto que esses acontecimentos causam no indivíduo ou no grupo. Ao contrário da História, que se ocupa do registro público dos fatos, a memória resgata o que está submerso, muitas vezes de forma pessoal e subjetiva, refletindo a experiência e a vivência de quem rememora (SILVA E SILVA, 2009, p. 276).

Neste capítulo, buscaremos compreender como o jornal *Correio do Sul*, vinculado ao Diretório do PF de Bagé (RS), retratou a personalidade política de Silveira Martins durante o processo de traslado de seus restos mortais. Será necessário, portanto, contextualizar a atuação do *Correio do Sul*, explicar o projeto de traslado e o cenário político de 1920, analisar a posição do Partido Federalista em relação ao governo de Borges de Medeiros e examinar as divergências partidárias do período.

De modo a atingir este objetivo, será analisado o discurso do jornal *Correio do Sul*, com o intuito de identificar as estratégias empregadas por este na construção da memória de Silveira Martins. Dessa forma, nos concentraremos na análise da retórica do discurso, no conceito de memória e no contexto histórico para compreender e explicar o posicionamento do jornal durante o traslado do tribuno em 1920.

Este capítulo está organizado em duas seções. A primeira, intitulada "O debate do projeto do traslado dos restos mortais de Silveira Martins", apresenta o

contexto político do traslado, a posição política do Partido Federalista e suas divergências. A segunda, intitulada "A construção da memória de Silveira Martins nas páginas do *Correio do Sul*", analisa como o jornal *Correio do Sul* retratou a personalidade política de Gaspar da Silveira Martins durante o processo de repatriação de seus restos mortais em 1920, problematizando os projetos de memória em torno da personalidade de Silveira Martins.

3.1 O debate do projeto do traslado dos restos mortais de Silveira Martins

O debate sobre o traslado dos restos mortais de Silveira Martins iniciou em 1907, com a aprovação, pela Assembleia dos Representantes, de uma lei que autorizou o governo de Borges de Medeiros, herdeiro político de Castilhos, a construir um panteão em Porto Alegre para abrigar os restos mortais de rio-grandenses notáveis. A legislação número 63, que entrou em vigor em 29 de novembro de 1907, autorizou especificamente a transladação do corpo embalsamado do conselheiro Gaspar da Silveira Martins.

Analisando o contexto político e histórico que envolveu a proposta de criação do panteão rio-grandense, a partir de um parecer elaborado pela Comissão de Constituição e Poderes da Assembleia dos Representantes, Eduardo Rouston Junior (2012, p. 127) reforça que a medida visava a criação de um local destinado ao sepultamento dos restos mortais de Silveira Martins. Para os membros da comissão, a proposta tinha um caráter de reconhecimento e valorização dos serviços prestados pelo tribuno liberal e líder federalista, assegurando, assim, a perpetuação de sua memória e do legado político que representava.

No entanto, a iniciativa não foi isenta de controvérsias. O líder da bancada federalista, Gaspar Saldanha, conforme Rouston Junior (2012, p. 131), interpretou a criação do panteão como uma ação excessivamente regionalista. Segundo ele, a proposta trazia implícita a ideia de uma separação entre o estado do Rio Grande do Sul e o restante da União, um conceito muito defendido pelos partidários de Júlio de Castilhos.

Em resposta a essa oposição, Getúlio Vargas, então ligado ao PRR, procurou desmitificar o caráter separatista da proposta (ROUSTON JUNIOR, 2012, p. 133). Em seu pronunciamento, Vargas ressaltou que a criação do Panteão era movida por

um sentimento de justiça e de reconhecimento à importância de Silveira Martins na história política do Rio Grande do Sul.

A argumentação de Vargas, segundo Rouston Junior (2012), também refletiu uma estratégia clássica de defesa política utilizada pelos castilhistas, que frequentemente acusavam os opositores de serem contrários às instituições republicanas, com o objetivo de desqualificar qualquer movimento de crítica ou dissidência. Essa troca de acusações ideológicas entre os grupos políticos reflete não só as tensões regionais, mas também as profundas divisões políticas que marcaram a Primeira República no Brasil.

O traslado dos restos mortais de Silveira Martins também motivou debates na Câmara dos Deputados. Pedro Moacyr, liderança do Partido Federalista, apresentou um projeto que resultou no decreto 2.084, de 5 de agosto de 1909¹³. A norma legal autorizou o governo do presidente Nilo Peçanha a transladar para a capital do Rio Grande do Sul os despojos mortais de Silveira Martins. No discurso em que defendeu a proposição, proferido em 1908, Moacyr argumentou que a intenção era transladar “os restos de Silveira Martins, para que o seu túmulo erecto na cidade de Porto Alegre, capital do seu querido e grande Estado, possa ser transformado mais uma vez em altar para uma perpétua e tocante cerimônia de civismo e patriotismo”¹⁴.

A proposta de construção do panteão aparentemente perdeu espaço na pauta do governo do estado na gestão de Carlos Barbosa, que iniciou em 1908 e encerrou em 1913, voltando à agenda política em 1920, já com Borges de Medeiros de volta ao poder. Contudo, a discussão sobre o traslado dos restos mortais de Silveira Martins também foi tratada no âmbito nacional em 1917¹⁵, durante o governo do presidente Wenceslau Braz. Novo decreto, que não mencionava Porto Alegre como destino, foi editado em 1920, no governo do presidente Epitácio Pessoa, abrindo crédito junto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores¹⁶.

¹³ BRASIL, Decreto nº 2.084, de 5 de agosto de 1909. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-2084-5-agosto-1909-580225-publicacaooriginal-103158-pl.html> Acesso em: 27 de outubro de 2024

¹⁴ MOACYR, Pedro. Discursos Parlamentares. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925, p 108.

¹⁵ BRASIL, Decreto nº 3.388, de 8 de novembro de 1917. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3388-8-novembro-1917-572700-publicacaooriginal-95976-pl.html> Acesso em: 27 de outubro de 2024

¹⁶ BRASIL, Decreto nº 14.228, de 23 de junho de 1920. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-78-21-dezembro-1889-542219-publicacaooriginal-50068-pe.html>. Acesso em: 27 de outubro de 2024.

O ano de 1920, de acordo com Luciana Pessanha Fagundes (2013, p. 1), foi significativo para a memória histórica do período imperial, com a assinatura, por parte do presidente Epitácio Pessoa, do decreto que revogou o banimento de membros da família imperial brasileira e autorizou a construção de um mausoléu para abrigar os restos mortais de Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina. É neste contexto que o projeto do panteão sul-rio-grandense, inicialmente aprovado em 1907, volta à cena no Rio Grande do Sul, integrando o programa elaborado pelo governo de Borges de Medeiros para a comemoração do centenário da Independência, que seria celebrado em 1922.

Além do panteão, o governo gaúcho também tinha a intenção de construir um monumento alusivo à Guerra dos Farrapos (1835-1845), estabelecendo um vínculo entre o conflito e a noção de República (O DEVER, 10/05/1920, Ano XX ed. 106, p. 1).

Para compreender o contexto em que ocorreu o traslado dos restos mortais de Silveira Martins é preciso conhecer também o cenário político do Rio Grande do Sul na década de 1920 e o posicionamento do Partido Federalista, no mesmo período. É igualmente necessário entender a posição de Borges de Medeiros, que, em 1920, estava no seu quarto mandato como presidente do Rio Grande do Sul. Gunter Axt (2007, p. 97 e 98) observa que Borges de Medeiros sucedeu a Júlio de Castilhos em 1898, mas enfrentou uma crise de hegemonia em 1903, com a morte do líder republicano, quando “altas lideranças passaram a questionar a pretensão de Borges de Medeiros de afirmar-se como o herdeiro político do carisma de Júlio de Castilhos”.

A crise foi acentuada pela candidatura de Fernando Abbott, dissidente republicano, que contou com o apoio de setores do Partido Federalista, conforme Gunter Axt (2007, p. 98). Carlos Barbosa foi escolhido como candidato oficial do PRR e venceu o pleito. Assim, entre 1908 e 1913, Borges de Medeiros “permaneceu na chefia partidária e pôde organizar toda uma rede de compromissos e lealdades no interior” (AXT, p. 98). A hegemonia borgiana, na definição do autor, se estabeleceu entre 1913, quando reassumiu a presidência do Estado, e 1920, quando uma crise financeira, desencadeada pela fórmula adotada para viabilizar a encampação de serviços públicos, motivou contestações. Gunter Axt (2007, p. 100)

explica que as encampações visavam “fortalecer o poder infraestrutural do estado e a capacidade de controle sobre a sociedade civil”, dialogando com a perspectiva intervencionista borgiana.

Na oposição, o Partido Federalista vivia um cenário de cisão entre os apoiadores de Rafael Cabeda e de Pinto da Rocha, conforme evidencia Sérgio da Costa Franco (2007, p. 161). A crise iniciou-se em 1918, com a derrota dos candidatos federalistas para a Câmara Federal. Pelo 3º distrito eleitoral, que compreendia a zona Sul, litoral Sul, fronteira do Uruguai e Serra do Sudeste, incluindo Bagé, Pelotas, Rio Grande e Santana do Livramento, ainda de acordo com o autor, “concorreram Pedro Moacyr e Rafael Cabeda desunidos, por absoluta falta de previsão, tendo como resultado uma perda que poderiam ter evitado”.

Paula Vanessa Paz Ribeiro (2019, pp. 130 e 131) explica que todos os candidatos da chapa oficial do PRR e os avulsos foram eleitos no pleito de 1918, para a 31ª legislatura da Câmara dos Deputados. A oposição, representada pelo PF, que apresentou quatro candidatos, contestou o resultado, apontando irregularidades em diversas fases do processo eleitoral. Eles também pediram à Comissão de Inquérito da Câmara que invalidasse os diplomas de seus adversários, mas não conseguiram reverter o resultado. Para o PF, o pleito em que disputaram Pedro Moacyr e Rafael Cabeda “foi um dos mais tensos, uma vez que concorreram duas lideranças de facções opostas, que dividiram o partido no momento posterior às eleições” (RIBEIRO, 2019, p. 130).

A organização para o pleito de 1921 ampliou a desunião no Partido Federalista. De acordo com Sérgio da Costa Franco (2007, p. 162 e 163), “a partir de Pelotas e imediações, incluindo Bagé, nascia um forte movimento de hostilidade à candidatura de Rafael Cabeda”, que acabou estimulando a candidatura “de um adventício, sem tradição partidária, o dr. Arthur Pinto da Rocha”. A unidade do partido, ainda segundo o autor, foi comprometida por “ásperas polêmicas” publicadas pelo jornal *Correio do Sul*, de Bagé, em apoio a Pinto da Rocha, e pelo jornal *Maragato*, de Santana do Livramento, que apoiava Cabeda. “Os dois nomes (...) foram afinal indicados como candidatos pelo 3º distrito eleitoral, reincidindo no erro cometido em 1918”.

Neste cenário político, a proposta de construção do Panteão Rio-grandense, no contexto da celebração do centenário da Independência do Brasil, e o traslado dos restos mortais de Silveira Martins para o referido monumento, projetado pelo

governo de Borges de Medeiros, representa o primeiro ponto de disputa pela memória do tribuno, como é constantemente definido, em referência ao reconhecido desempenho em discursos nos parlamentos quando exerceu os cargos de deputado e Senador. Pinto da Rocha¹⁷ critica a intenção, interpretando como uma tentativa de agradar ao Partido Federalista, ao sustentar que “a incompatibilidade entre esse homem (Borges de Medeiros), o partido que o acompanha (PRR) e as cinzas do grande tribuno do Pampa é manifesta e irreprimível”. Também considera que “enquanto no Rio Grande do Sul não estiver definitivamente implantado o mais amplo regime de liberdade política (...) os despojos de Gaspar Martins, o mais opulento cultor da liberdade, não podem repousar em terra rio-grandense”. A proposta de transladação ganharia espaço nas páginas do *Correio do Sul* após a publicação deste artigo.

É possível concluir que o projeto de transladação dos restos mortais de Silveira Martins não estava na pauta do Partido Federalista, retornando à agenda da agremiação partidária em oposição a uma proposta de Borges de Medeiros, e que Pinto da Rocha já contava com o apoio do *Correio do Sul* em 1920, o que pode ser comprovado pela publicação do artigo em que se opõe à ideia de construção do panteão.

3.2 A construção da memória de Silveira Martins nas páginas do Correio do Sul

Entre janeiro e setembro de 1920, durante o processo de traslado dos restos mortais de Silveira Martins, o *Correio do Sul* publicou 34 artigos, alguns assinados, um poema e 14 telegramas, distribuídos em um total de 25 edições. Foram publicados seis discursos, que ajudam a dar legitimidade ao posicionamento do jornal acerca do traslado, qualificado pelo periódico como repatriação. A publicação da maioria dos artigos na capa do *Correio do Sul* indica a importância conferida ao assunto. Silveira Martins é constantemente apresentado como um patriota e uma liderança intelectual. O jornal faz poucas referências à guerra civil de 1893, que ficaria conhecida como Revolução Federalista, não menciona a violência, representada pela degola, ou o resultado da contenda, a derrota dos federalistas, mas destaca a recomendação de Silveira Martins no sentido de evitar o conflito. O

17 CORREIO DO SUL. O Pantheon rio-grandense. ed. nº. 1686, 16 jan. 1920, p.01. Localização: APMB.

Correio do Sul também recorre à reprodução de telegramas para conferir legitimidade ao posicionamento do fundador do Partido Federalista.

A publicação de artigos e cartas assinadas por Pinto da Rocha, defendendo o traslado dos restos mortais de Silveira Martins, revela a abertura do *Correio do Sul* para uma nova liderança, em um processo que resultaria em uma cisão no Partido Federalista. Franco (2010, p. 47) afirma que “a dissidência começara a nascer em 1919, quando federalistas de Pelotas e Bagé se opuseram à candidatura de Rafael Cabeda”. Na ocasião, os dois diretórios partidários apoiaram a candidatura de Emilio Nunes. O autor enfatiza que “na campanha para as eleições parlamentares de 1921, os chamados pintistas (partidários de Pinto da Rocha), tinham como porta-voz o jornal federalista de Bagé, *Correio do Sul*”. Mas a análise do processo de traslado dos restos mortais de Silveira Martins permite compreender que este posicionamento foi estabelecido precisamente em 1920, com certo protagonismo assumido por Pinto da Rocha no debate.

No artigo em que assina, no *Correio do Sul*, criticando a proposta de construção do Panteão Rio-grandense e o traslado dos restos mortais de Silveira Martins para o referido monumento, Pinto da Rocha reflete sobre as relações de poder e o direito à memória, alertando que:

Quando o Partido Federalista, no uso de um direito que ninguém poderia negar, quisesse cultuar esses despojos queridos, fazendo ao tumulto do seu grande chefe a romaria pública da sua saudade e da sua fidelidade, obedecendo ao rito das suas crenças e às solenidades da sua religião e da sua moral, o dictador não lho concederia em nome das imposições regulamentares que elle terá o cuidado prévio de publicar, mesmo antes de construído o edifício (CORREIO DO SUL. O Pantheon rio-grandense. ed. nº. 1686, 16 jan. 1920, p.01.Localização: APMB)

A crítica de Pinto da Rocha e a memória que evoca exemplificam o processo de construção de uma memória coletiva. De acordo com Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2009, p. 275), a memória coletiva é formada por “lembranças vividas ou transmitidas, sendo compreendidas como pertencentes a um grupo”. A memória coletiva tende a idealizar o passado, fundamenta a identidade de um grupo ou uma comunidade, mas geralmente se prende a um acontecimento considerado fundador, simplificando o restante do passado (SILVA; SILVA, 2009, p. 276). No caso do *Correio do Sul*, é possível compreender que a evocação de Silveira Martins

como grande chefe do Partido Federalista não se limita a uma simples lembrança de um líder político, mas se insere em um processo de idealização.

A “preocupação do momento”, manifestada por Pinto da Rocha, corresponde a um elemento de estruturação da memória, na definição de Michael Pollak (1992, p. 204), que a considera como um componente essencial do sentimento de identidade. Michael Pollak (1992, p. 204) qualifica a memória igualmente como um componente essencial do sentimento de identidade. É por ser socialmente construída, conforme aponta o autor, que a memória, assim como a identidade, se torna um valor disputado em conflitos sociais e intergrupais, especialmente em confrontos entre grupos políticos diferentes, a exemplo da tensão entre o Partido Federalista e o PRR, evidenciada a partir da posição de Pinto da Rocha sobre a proposta do traslado dos restos mortais de Silveira Martins para o Panteão sul-rio-grandense.

A proposta do panteão se insere na perspectiva de uma comemoração funerária, que ganhou impulso, de acordo com Jacques Le Goff (1990, p. 466), por meio da construção de monumentos aos mortos, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O autor aponta como marco a criação, em diversos países, do Túmulo do Soldado Desconhecido, com a intenção de “superar os limites da memória associada ao anonimato, proclamando, sobre um cadáver sem nome, a coesão nacional em torno de uma memória comum”.

Com base nesta interpretação, pode-se concluir que a comemoração funerária, especialmente após a Primeira Guerra Mundial, passou a ter um papel importante na construção de uma memória coletiva, consagrando personalidades, a exemplo do que preconizava o projeto republicano liderado por Borges de Medeiros em 1920.

As disputas travadas pela memória de Silveira Martins, pelo *Correio do Sul*, não se limitam à oposição ao PRR, mas também evidenciam cisões intrapartidárias. Na edição de 9 de abril de 1920, o jornal reproduz artigo publicado pelo *Echo do Sul*, órgão do partido federalista de Rio Grande, em que abre subscrição, com consentimento de José Júlio da Silveira Martins, filho de Silveira Martins, para arrecadar recursos destinados a custear a transladação. Em artigo sem assinatura, o *Correio do Sul* atribui a origem da proposta ao Diretório Federalista, apontando que a direção partidária já havia nomeado comissões encarregadas de angariar recursos e promover o traslado, que deveriam designar os delegados locais incumbidos dos trabalhos.

Em um trecho do jornal *Echo do Sul*, reproduzido pelo *Correio do Sul*, Pedro Moacyr foi qualificado como um dos responsáveis pela defesa do testamento político de Silveira Martins durante o primeiro debate da proposta de traslado. Vejamos o referido trecho:

Pedro Moacyr, o saudoso tribuno que foi o mais legítimo herdeiro das glórias parlamentares de Gaspar da Silveira Martins, teve ocasião de agitar, na Câmara dos Deputados, de que era então uma das mais fulgurantes figuras, a ideia da transladação dos restos do glorioso brasileiro, em memorável projeto que foi aprovado pelo Congresso e sancionado pelo dr. Affonso Penna, deixando, entretanto de ter execução, devido a ter se dado lamentável falecimento daquele político mineiro no meio do seu quadriênio, antes de ser decretada a necessária verba. Dahi pra cá, durante os governos Nilo Peçanha, Marechal Hermes da Fonseca e Wenceslau Braz, o que se tem visto é um jogo de empurra condenável, em que os governantes procuram atirar para os respectivos sucessores a tarefa de decretar para os respectivos sucessores a tarefa de decretar a verba para execução do projeto de Moacyr, que, como dissemos, já foi aprovado e sancionado (CORREIO DO SUL. Os retos do tribuno – Pela memória de Silveira Martins. ed. nº. 1755, 9 abr. 1920, p.01.Localização: APMB)

O *Echo do Sul* apresenta uma justificava de ordem legal para a realização do traslado, observando que, pela legislação do Uruguai, a retirada dos despojos do país só poderia ser solicitada por um filho homem. Além disso, reforçou que “dado o caso de morrer o dr. José Júlio (...) a ideia de transladação dos restos de Gaspar Martins também poderá ser considerada uma coisa morta”.

O filho de Silveira Martins de fato participou ativamente do processo, como demonstra em entrevista concedida ao jornal *A Última Hora*, de Porto Alegre, reproduzida pelo *Correio do Sul* no dia 14 de abril de 1920. Radicado no Rio de Janeiro, José Júlio destaca que o motivo de sua viagem ao Rio Grande do Sul é justamente a transladação para o Brasil dos restos mortais de Silveira Martins, enfatizando que havia decidido “fazê-lo de qualquer forma, seja por iniciativa particular ou da família¹⁸”. Observa, porém, que não poderia tomar qualquer decisão sem antes informar ao Partido Federalista, por esta agremiação, em suas palavras, ainda viver sob a orientação política de Silveira Martins.

Após afirmar que solicitou, sem sucesso, uma audiência com o presidente da República, Epitácio Pessoa, para tratar sobre o traslado, José Júlio informou, na entrevista reproduzida pelo *Correio do Sul*, que estava disposto a cumprir o objetivo,

¹⁸ CORREIO DO SUL. A transladação dos restos mortaes do tribuno. ed. nº. 1759, 14 abr. 1920, p.01.Localização: APMB

inclusive sem apoio institucional, refutando a transferência dos restos mortais para o Panteão Rio-Grandense, nos seguintes termos:

Agora dispuz-me firmemente. Não preciso do auxílio de governos, quer federal ou estadual. Sobretudo deste último. Porque qualquer homenagem da situação política do Rio Grande do Sul será um insulto à memória de meu pae. Não quero para elle, pantheon positivista. Os seus restos mortaes irão juntar-se aos de seu pae e meu avô, na matriz de Bagé ¹⁹.

A relevância da maior cidade da região da Campanha gaúcha, para o Partido Federalista, fica evidente no contexto da organização da comissão formada para deliberar sobre o traslado dos restos mortais de Silveira Martins, reunida em 3 de julho. Justificando ausência no encontro, em carta endereçada a José Domingos Rache, publicada pelo *Correio do Sul* na edição de 22 de julho, Pinto da Rocha revisa sua posição sobre o traslado, torna a criticar a proposta de construção do Panteão Rio-Grandense, e estabelece uma dimensão simbólica para a intenção de José Júlio, sustentando que:

Bagé tem direito de ser depositária desse thesouro inestimável, que lhe dará os foros de Méca da Liberdade, de cidade sagrada, aonde o Partido Federalista irá, em romaria religiosa, pedir inspiração e energia para vencer, defendendo a liberdade das cochilhas. Sejam porém, quaes forem as resoluções do dictador do Rio Grande do Sul, a respeito da construção do Pantheon, há tanto tempo promettido e até esquecido, eu entendo, como rio-grandense que sou, embora dos mais obscuros, que os despojos do fundador do Partido Federalista não podem receber a hospedagem carthagineza que em qualquer occasião venha a ser offerecida.²⁰

Instalada na Igreja de São Sebastião, a sepultura de Silveira Martins, neste contexto, pode ser compreendida como um lugar de memória, na definição de Pierre Nora (1993, p 21), para quem esses espaços carregam significados em três dimensões: material, simbólica e funcional. Tais aspectos se manifestam em diferentes intensidades. Assim, um espaço, mesmo que tenha uma aparência puramente física, como um túmulo, só pode ser considerado um verdadeiro lugar de memória se for carregado de um significado simbólico, como a concepção de sacralidade. Também é preciso apresentar um aspecto funcional, capaz de permitir,

19 CORREIO DO SUL. A trasladação dos restos mortaes do tribuno. ed. nº. 1759, 14 abr. 1920, p.01.Localização: APMB.

20 CORREIO DO SUL. A repatriação dos ossos do tribuno. ed. nº. 1818, 22 jul. 1920, p.01.Localização: APMB.

por exemplo, a reverência a uma liderança, representada, neste caso, por Silveira Martins.

Um símbolo nacional igualmente motivou disputas em meio ao processo de traslado dos restos mortais de Silveira Martins. A intenção de suprimir o lema positivista (Ordem e Progresso) da bandeira brasileira que seria utilizada durante as cerimônias oficiais, aprovada pelo Diretório Central do Partido Federalista, gerou reação de *O Dever*, imprensa oficial republicana em Bagé (RS), fundada em 15 de novembro de 1901, data da Proclamação da República, que fazia oposição ao discurso do jornal *Correio do Sul*.

Em artigo publicado no *Correio do Sul*, no dia 8 de agosto, Fanfa Ribas afirma, em resposta ao jornal do PRR bageense, que o propósito de envolver “a urna que traz os restos do grande patriota na bandeira nacional sem o citado lema positivista, constitui incontestavelmente um erro, mas não de fundo antipatriótico”, alegando que a medida visava atender ao desejo de José Júlio, que “sendo catholico e filho de catholico, julgou não dever envolver o cadáver de seu augusto pae no lemma anti-christão que figura entre as dobras da nossa querida bandeira”²¹.

Em resposta a *O Dever*, que qualifica a supressão do lema positivista como uma ofensa ao “sagrado símbolo da pátria”, Fanfa Ribas salienta que “anti-patriotas são todos aquelles que intencionalmente desrespeitam o pavilhão nacional”. E conclui afirmando que a posição do Diretório Central do Partido Federalista seria revisada, garantindo que “os despojos do grande brasileiro não de entrar em Bagé envolvidos na bandeira da pátria, tal como a creou os espirito dos discípulos de Augusto Comte e tal como o poder legislativo do Brasil acceitou-a”²².

Cabe destacar que *O Correio do Sul* não menciona a proposta de reforma da bandeira nacional, aprovada no congresso do Partido Federalista em 1896, embora a deliberação inicial do programa de homenagens à memória de Silveira Martins manifestasse conformidade com a deliberação partidária.

Esta análise revela que Silveira Martins é retratado como líder em um processo de idealização, moldado pelas preocupações de um contexto específico, centrado na disputa pela imagem do tribuno. Também é possível compreender que o *Correio do Sul* desempenhou um papel ativo na construção de uma memória coletiva associada à liderança de Silveira Martins, buscando destacar suas relações com

21 CORREIO DO SUL. Coaxar de rãs no paúl. ed. n.º. 1833, 8 ago. 1920, p.01.Localização: APMB.

22 CORREIO DO SUL. Coaxar de rãs no paúl. ed. n.º. 1833, 8 ago. 1920, p.01.Localização: APMB.

Bagé como 'cidade sagrada' para o partido e para o destino dos restos mortais de um de seus notórios fundadores.

3.2.2 Federalistas mobilizados pela repatriação

Os restos mortais de Silveira Martins foram exumados do Cemitério Central de Montevideu em 21 de agosto de 1920 e transportados para o navio Ruy Barbosa, na tarde do dia seguinte. Na edição do dia 21 de agosto de 1920, o *Correio do Sul* publicou o “programa de homenagens projetadas pelo federalismo de Bagé²³”. O traslado foi feito inicialmente para Rio Grande, onde chegou no dia 25, posteriormente para Pelotas e depois para Porto Alegre. Nas três cidades foram realizadas cerimônias públicas de culto à memória de Silveira Martins.

A comissão organizada pelo Partido Federalista de Bagé acompanhou as homenagens em Rio Grande e em Pelotas. Os atos realizados em Porto Alegre foram registrados por meio da publicação de telegramas e reprodução de publicações de outros jornais. Os restos mortais de Silveira Martins chegaram a Bagé no dia 2 de setembro, transportados por trem. Da estação férrea a urna foi transportada para a Matriz de São Sebastião em uma carroça fúnebre, acompanhada por uma guarda de honra composta de duas alas de cavalarianos. O Diretório solicitou à Intendência o fechamento do comércio.

O préstito percorreu a rua Ismael Soares e a Avenida 7 de Setembro, principal via da cidade. Três discursos foram realizados no dia: dois à frente da Matriz e um na frente do jornal *Correio do Sul*, na passagem do préstito. A igreja foi aberta à visitação durante a tarde. O Diretório do Partido Federalista encarregou-se de velar os restos mortais durante a noite e uma missa de corpo presente foi celebrada na manhã do dia 3. A cerimônia de sepultamento foi realizada à tarde, acompanhada por uma sessão cívica, de caráter político, com novos discursos.

Antes do sepultamento em Bagé, durante cerimônia em Pelotas, conforme detalha o *Correio do Sul* na edição de 26 de agosto, os restos mortais foram velados na Intendência²⁴. Discursaram Hector Freitas, redator do próprio *Correio do Sul*, Manoel Moreira e Moraes Fernandes. Os discursos não foram reproduzidos. O jornal informou que o Diretório Federalista do município espalhou milhares de boletins

²³ CORREIO DO SUL. Programma das homenagens projectadas pelo federalismo de Bagé. ed. nº. 1844, 21 ago. 1920, p.01.Localização: APMB

²⁴ CORREIO DO SUL. A repatriação do tribuno. ed. nº. 1848, 26 ago. 1920, p.01.Localização: APMB

reproduzindo o telegrama de Borges de Medeiros endereçado à viúva de Silveira Martins, Adelaide Coutinho Silveira Martins, em 31 de agosto de 1907, ano em que foi aprovada a lei de criação do Panteão Rio-grandense, solicitando autorização para transladar os despojos do tribuno. A medida representou uma reação às críticas publicadas pelo jornal *A Federação*, órgão de imprensa oficial do PRR de Porto Alegre, e reproduzidas pelo *Diário Popular*, de Pelotas, ao traslado. O teor das críticas não é detalhado.

Em Porto Alegre, a autorização de cessão da sala nobre da municipalidade para as homenagens a Silveira Martins foi condenada pelo jornal *A Federação*, conforme aponta o *Correio do Sul*. De acordo com a imprensa do PF de Bagé (RS), o órgão republicano condenou a aprovação, afirmando que os correligionários não poderiam se associar ao culto prestado pelos partidários de Silveira Martins. Destacou ainda dois votos: o de Franklin Ferrugem, amigo de Silveira Martins, e o de Rafael Escobar, identificando-o como irmão do Wenceslau Escobar, presidente do Diretório Central do Partido Federalista.

Quanto a Franklin Ferrugem e Rafael Escobar o jornal lamenta o que define como falta de convicção republicana, fazendo votos “para que a sua comunhão espiritual com os adversários do governo sirva para lhes abrir as portas da história e para os fazer entrar também em outras comemorações futuras com o federalismo”²⁵.

A postura do jornal *A Federação*, reproduzida pelo *Correio do Sul*, busca associar as homenagens à ação exclusiva do Partido Federalista. Em contraponto, o *Correio do Sul* busca destacar o caráter institucional do traslado. Este intuito pode ser evidenciado no discurso de Wenceslau Escobar, no momento em que ocorreu a retirada dos despojos de Silveira Martins do cemitério de Montevideu, conforme cita o *Correio do Sul* na edição do dia 27 de agosto:

É um justo tributo que o governo federal, alliado aos membros de sua família e aos partidários desse notável brasileiro, e interpretando o sentimento nacional, até mesmo daquelles que foram seus mais irreductiveis adversários, mas que diante o tumulto de um grande servidor do Estado calam as fraquezas inspiradas pelas misérias das luctas terrenas, presta à memória do insigne tribuno, talvez o maior da America do Sul, cujo verbo, inspirado sempre pelo mais ardente patriotismo, reboava por todos os ângulos de nosso vasto paiz, enchendo de orgulho todos os compatriotas, desvanecendo todos os corações patricios²⁶.

25 CORREIO DO SUL. A repatriação do tribuno. ed. nº. 1848, 26 ago. 1920, p.01.Localização: APMB.

26 CORREIO DO SUL. A volta do exílio. ed. nº. 1849, 27 ago. 1920, p.01.Localização: APMB.

Refletindo sobre a importância do reconhecimento póstumo a Silveira Martins, Wenceslau Escobar afirma que o traslado permite à nação se reconectar com sua história, definindo o tribuno como um patrimônio moral nacional, e qualificando o processo como repatriação, termo que seria empregado pelo *Correio do Sul* em seis artigos, preferencialmente nos títulos. O discurso não faz qualquer referência à guerra civil de 1893 e à atuação de Silveira Martins no conflito, em um rito de recordação que evidencia a seleção de aspectos do passado, conforme definição de Fernando Catroga (2001, p.51), para quem o esquecimento representa uma dimensão da memória coletiva.

Catroga (2001, p. 59) considera que a dinâmica estabelecida entre a recordação e o esquecimento na construção de identidades pode assumir o contorno de instrumento de poder, como um alicerce no sentido da legitimação de uma identidade coletiva. A análise do autor ajuda a entender o sentido do discurso do *Correio do Sul*, quando escolhe destacar a imagem de Silveira Martins como um herói moral e silencia a sua participação no conflito de 1893, momento que deve ser esquecido devido à grande violência e à derrota sofrida. Dessa forma, busca reforçar a imagem do líder como um político e intelectual.

O argumento da moralidade também é evocado por meio de entrevista de José Júlio ao jornal *Última Hora*, reproduzida pelo *Correio do Sul*, em que afirma que Silveira Martins entrou na política “milionário e saiu pobre²⁷”, sugerindo que não se locupletou economicamente de cargos. Na mesma linha, Fanfa Ribas reforça que o tribuno “morreu pobre, exilado, sem uma queixa²⁸”.

Na edição do dia 28 de agosto, o *Correio do Sul* reproduz discurso de Manuel Moreira, destacando que Silveira Martins morreu no exílio, expressando que sua fala era movida por um profundo sentimento de patriotismo e pela necessidade de honrar aqueles que, com suas ações, engrandeceram a nação e as épocas em que viveram. Moreira declara que sua intenção é prestar homenagem à memória de Silveira Martins, reconhecendo-o como o maior dos tribunos. Na mesma edição, o

²⁷ CORREIO DO SUL. A trasladação dos restos mortaes do tribuno. ed. nº. 1759, 14 abr. 1920, p.01. Localização: APMB.

²⁸ CORREIO DO SUL. Apello à gratidão federalista. ed. nº. 1830, 5 ago. 1920, p.01. Localização: APMB.

jornal reproduz discurso de Plínio Casado, declarando que “o corpo de Gaspar Martins não pertencia ao Partido Federalista, mas sim à nação brasileira”²⁹.

O translado continuou reverberando após o sepultamento de Silveira Martins. Fanfa Ribas não menciona diretamente a divisão partidária durante o processo de repatriação dos restos mortais, como é definido, mas dedica dois artigos ao assunto, após a conclusão das homenagens. No primeiro artigo, uma carta aberta a Antônio Moraes Fernandes, publicada no dia 14 de setembro, criticava o correligionário por repelir a candidatura de Pinto da Rocha, qualificado como um adventício, sem ligações partidárias com o federalismo. Fanfa Ribas aponta que o jornal de Pinto da Rocha era um refúgio do federalismo, “quando este lutava sem um único órgão na imprensa do Estado³⁰”, e que, quando Pinto da Rocha chegou ao Rio de Janeiro “continuou a ser na imprensa cotidiana, notadamente no Diário de Notícias, onde escrevia, o flagelo do situacionismo rio-grandense.”

A posição de Fanfa Ribas, em apoio à candidatura de Pinto da Rocha, é demarcada na edição de 20 de setembro, data que marca o aniversário de seis anos do *Correio do Sul* e a filiação de Pinto da Rocha ao Partido Federalista. Em seu artigo, Fanfa Ribas evoca coerência com o próprio passado, defendendo a candidatura de Pinto da Rocha, lembrando que havia defendido a candidatura de Pedro Moacyr, por entender que “o parlamento é a expressão mais nítida da cultura de um povo e que o dever de cada povo é escolher os mais cultos de todos os seus homens para o exercício das funções parlamentares³¹.”

Na edição de 25 de agosto, o *Correio do Sul* reproduz artigo assinado por Emilio Nunes, publicado originalmente no jornal *Echo do Sul*, em que afirma que o Partido Federalista se encontra à beira do abismo, na iminência de uma cisão profunda, fazendo referência à divisão entre alas que apoiam Pinto da Rocha e Rafael Cabeda. Recomendando ao Diretório Central a meditar sobre a crise e ter isenção para enfrentá-la, Emilio Nunes destaca que “Silveira Martins aí está, embora

29 CORREIO DO SUL. Na repatriação do tribuno. ed. nº. 1850, 28 ago. 1920, p.01.Localização: APMB.

30 CORREIO DO SUL. Os cadetes do federalismo. ed. nº. 1861, 14 set. 1920, p.01.Localização: APMB.

31 CORREIO DO SUL. Ao dealbar de uma aurora. ed. nº.1866, 20 set. 1920, p.01.Localização: APMB.

em cinzas, a exigir que se cultuem as suas grandes ideias, que se imitem os seus exemplos, que se apliquem as suas lições³².”

A cisão retorna à pauta durante cerimônia realizada em Bagé, antes do sepultamento de Silveira Martins, novamente por meio de discurso de Emilio Nunes, reproduzido pelo *Correio do Sul*, na edição de 5 de setembro. Trecho do discurso destaca que o Partido Federalista se encontrava à beira de um precipício, cortado em duas correntes, sendo preciso não esquecer que elas eram ramos de uma árvore: o federalismo. E, referindo-se às alegações de que a tradição partidária toda se concentrava na fama guerreira, Nunes observa que deveria ser lembrado “que a verdadeira tradição palpita no verbo portentoso de Silveira Martins e na oratória de Pedro Moacyr³³.”

A análise dos discursos reproduzidos pelo *Correio do Sul* permite compreender que, diante da perspectiva de uma cisão dentro do Partido Federalista, a memória de Silveira Martins é evocada para reforçar a coesão. Hector C. Freitas apela à memória do passado para inspirar os jovens a manter viva a luta do partido, indicando que a lembrança das tradições dos “maiores” do partido ajuda a construir um vínculo com o presente e com o futuro do movimento, algo corresponde à concepção do sentimento de identidade evocada por Michael Pollak (1992, p. 204). A memória de Silveira Martins serve, aqui, como um pilar de identidade e unificação, algo que deve ser guardado como “reliquia” e protegido em meio à crise do partido.

Depois do sepultamento, o *Correio do Sul* reproduziu um artigo publicado pelo jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, em que este classificou o translado como “uma reparação para com um grande vulto da história”, e mencionou que embora tivesse divergências com a orientação política de Silveira Martins, reconhecia que seus “notáveis serviços ao Brasil lhe dão direito às homenagens rendidas”, e enfatizou que “Silveira Martins foi uma das figuras fulgurantes do nosso cenário político e parlamentar, honrou o Brasil pelo denodo de suas atitudes, pela sua sinceridade patriótica, pelo brilho de sua inteligência e de sua cultura”³⁴.

O discurso de Fanfa Ribas, pronunciado da sacada do prédio do *Correio do Sul* durante a passagem dos despojos de Silveira Martins, foi publicado na capa da edição do dia 5 de setembro. No referido discurso Silveira Martins é homenageado e

³² CORREIO DO SUL. As idéias ficam. ed. nº. 1847, 25 ago. 1920, p.01.Localização: APMB

³³ CORREIO DO SUL. Funeraes de flôres. ed. nº. 1855, 5 set. 1920, p.01.Localização: APMB

³⁴ CORREIO DO SUL. A repatriação do tribuno. ed. nº. 1853, 1 set. 1920, p.01.Localização: APMB.

qualificado como patriota. Fanfa Ribas destaca que, como chefe de partido, Silveira Martins "foi a expressão mais nítida do conductor de massas identificado com as novas normas do Direito e com os avanços da sciencia de nortear as collectividades"³⁵.

O *Correio do Sul* igualmente reproduziu a entrevista concedida por Araújo Cunha, vice-presidente do Diretório Federalista de Porto Alegre, ao jornal *Imparcial*, do Rio de Janeiro. Nesta destaca a recepção de Silveira Martins como digna de um herói nacional, com homenagens feitas pelo governo federal e pelas autoridades uruguaias. Esta descrição contrasta com a atitude hostil do governo estadual do Rio Grande do Sul, que tentou negar as homenagens ao tribuno e até dificultou o depósito do corpo na cidade de Porto Alegre³⁶.

Araújo Cunha critica o tratamento desrespeitoso dado ao legado de Silveira Martins, particularmente por parte do jornal *A Federação*, que desqualificou suas ações políticas, acusando-o de ser um homem de ambições pessoais e de ter apenas provocado a Guerra Civil de 1893.

Em resposta, Araújo Cunha defende Silveira Martins, destaca sua carreira política e seus feitos, inclusive sua proposta de revisão constitucional e seu papel crucial no Parlamento. Ele também cita figuras políticas, incluindo Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, que reconheceram a importância de Silveira Martins, mesmo sendo seus adversários, e menciona trecho de telegrama em que Silveira Martins recomenda a Joca Tavares evitar o conflito civil. Ao final, Araújo Cunha sugere que a tentativa de desacreditar Silveira Martins fortaleceria a imagem dos federalistas como defensores da liberdade e resistência ao castilhismo, que, segundo ele, oprimia o povo do Rio Grande do Sul.

Fernando Catroga (2001, p.46) afirma que a memória não é um simples registro, mas uma construção afetiva e dinâmica que depende das tensões entre o presente, o passado e o futuro, refletindo as escolhas e as influências do momento atual. Neste sentido, a memória coletiva construída pelo Diretório Federalista, representada por Araújo Cunha, e veiculada pelo *Correio do Sul*, seleciona e destaca os feitos políticos e patrióticos de Silveira Martins, ao mesmo tempo em que o governo estadual e a imprensa do PRR tentam esquecer ou distorcer sua

35 CORREIO DO SUL. Funeraes de flôres. ed. n.º. 1855, 5 set. 1920, p.01.Localização: APMB.

36 CORREIO DO SUL. A trasladação dos despojos de Silveira Martins. ed. n.º. 1862, 15 set. 1920, p.01.Localização: APMB

contribuição, focando apenas no aspecto negativo de sua participação no conflito civil.

Essa dinâmica de memória e esquecimento é uma clara manifestação do que Catroga (2001, p.50) descreve como um processo constante de transformações, influenciado pelas tensões, onde diferentes grupos tentam moldar o passado para legitimar suas posições.

A publicação das listas com os nomes dos doadores para o financiamento do programa de homenagens a Silveira Martins, por parte do *Correio do Sul*, que encerra na edição do dia 9 de setembro, com a divulgação de que a comissão arrecadou 12:275\$000 (doze contos, duzentos e vinte e sete mil réis³⁷), pode ser entendida como uma estratégia para reforçar e consolidar uma versão específica da memória coletiva sobre Silveira Martins. Ao divulgar tais listas, o jornal não só contribui para a legitimação de sua importância política e patriótica, mas também envolve o federalismo local na construção dessa memória.

O ato de tornar público quem contribuiu para as homenagens pode ser visto como uma forma de materializar o apoio ao resgate e à valorização da figura de Silveira Martins, ajudando a formar uma narrativa que se contrapõe ao esquecimento ou à distorção promovidos por outros grupos, como o governo estadual. Ao tornar visível a rede de apoiadores — no caso, os doadores —, o *Correio do Sul* intensifica a ideia de que há uma ampla aprovação social para o reconhecimento de Silveira Martins, conferindo-lhe um status de herói ou figura central, o que se alinha à ideia de que a memória coletiva é uma construção dinâmica e estratégica, como Catroga (2001) descreve, moldada pelas escolhas e influências do presente.

A reprodução de discursos que destacam as qualidades intelectuais de Silveira Martins também pode ser relacionada com os conceitos de Catroga, especialmente no que diz respeito à construção da memória coletiva e ao processo de seleção e valorização de certos aspectos de uma figura histórica.

Em discurso de Amaral Machado, reproduzido pelo *Correio do Sul* em 24 de agosto de 1920, Silveira Martins é definido como um político que “só se preocupava com o bem publico e a grandeza da sua patria sem jamais importar-se com o seu eu³⁸”. Também é qualificado como símbolo de glórias partidárias, na guerra e na

³⁷ CORREIO DO SUL. Para as homenagens a Silveira Martins. ed. nº. 1857, 9 set. 1920, p.01.Localização: APMB.

³⁸ CORREIO DO SUL. O Tribuno. ed. nº. 1846, 24 ago. 1920, p.01.Localização: APMB.

paz, em discurso do orador oficial das homenagens realizadas em Bagé, Francisco Antunes Maciel, reproduzido pelo *Correio do Sul*³⁹.

O processo de seleção de discursos é um reflexo das tensões mencionadas por Catroga (2001, p.46), onde os discursos sobre o passado são constantemente ajustados e reinterpretados para legitimar posições políticas ou sociais do presente. Ao destacar aspectos intelectuais de Silveira Martins, o *Correio do Sul* busca construir uma narrativa que reforça sua importância, não só como um ator político, mas também como um intelectual respeitado, o que pode servir para justificar e legitimar sua memória dentro de um contexto específico, como a valorização de sua contribuição para o Partido Federalista.

A agremiação política vivia um clima de divisão em 1920, conforme evidenciado por Sérgio da Costa Franco (2007, p. 161). Os discursos reproduzidos pelo *Correio do Sul*, por conta do traslado dos restos mortais de Silveira Martins, revelam que esse processo era encarado como uma forma de unificação do partido. A percepção fica evidente em discurso de Hector C. Freitas, publicado pelo *Correio do Sul*, na edição de 31 de julho, em que afirma que:

Agora que os restos do tribuno gaúcho vão repousar para sempre no Rio Grande, o amor ao partido vai crescer, se estender, avolumar e os federalistas do passado então hão de compreender que a lucta não cessou e que para a mocidade ella vai começar. O partido há de unir-se, porque moços ainda há de entusiasmo e cujas tradições guardam como relíquia a bem da memória dos seus maiores que trabalharam, se esforçaram pelo parlamentarismo. Essa a ocasião para um juramento sagrado de que o partido será unido⁴⁰.

Os discursos que enfatizam as qualidades intelectuais de Silveira Martins podem ser vistos como uma forma de moldar a memória de acordo com as necessidades e as influências do momento atual. Ao escolher ressaltar atributos morais, o *Correio do Sul* seleciona aspectos específicos, ao mesmo tempo em que minimiza ou omite outras facetas que poderiam ser consideradas mais controversas ou negativas.

Pode-se concluir que o projeto de construção da memória de Silveira Martins no *Correio do Sul* buscou fortalecer o Partido Federalista no cenário político estadual, apresentando o tribuno como uma liderança moral. Também é possível

³⁹ CORREIO DO SUL. A sessão cívica. ed. nº. 1855, 5 set. 1920, p.01.Localização: APMB

⁴⁰ CORREIO DO SUL. O gigante do pampa. ed. nº. 1826, 31 jul. 1920, p.01.Localização: APMB.

verificar que houve a intenção de unificar as facções que apoiavam Pinto da Rocha e Rafael Cabeda, visando evitar a cisão dentro da agremiação política.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de analisar como o jornal *Correio do Sul* retratou a personalidade política de Gaspar da Silveira Martins durante o processo de repatriação de seus restos mortais em 1920, identificando os principais elementos da construção da memória política e avaliando as implicações dessa construção para o seu legado político e a percepção pública da época.

O *Correio do Sul* utilizou diferentes estratégias para construir a memória política de Silveira Martins a partir do processo de transladação dos restos mortais de Silveira Martins. É possível concluir que o jornal apresenta a idealização de uma liderança política e intelectual, associada à concepção de moralidade, o que pode ser visto como modelo para o Partido Federalista.

É importante observar que o processo de construção da memória de Silveira Martins pelas páginas do *Correio do Sul* está inserido em um cenário de disputas políticas com o PRR e dentro do próprio Partido Federalista, marcado por divisões internas, especialmente entre os apoiadores de Rafael Cabeda e Pinto da Rocha. O *Correio do Sul*, neste contexto, se alinha a Pinto da Rocha, assimilando sua postura crítica em relação ao governo de Borges de Medeiros, do PRR, e ao seu projeto de Panteão Rio-Grandense, que visava homenagear figuras como Silveira Martins. Essa posição fortalece a narrativa de Silveira Martins como um ícone de resistência federalista.

Também merece atenção a utilização, pelo jornal, do uso do termo repatriação para qualificar o processo de traslado dos restos mortais de Silveira Martins, associando-o a um ato simbólico de reconciliação e reaproximação com a história nacional. A perspectiva de repatriação, evocada pelo *Correio do Sul*, pode ainda ser interpretada como uma estratégia simbólica e política para reconectar Silveira Martins com Bagé (RS) e com o legado histórico que ele representava para o Partido Federalista.

É possível concluir que o termo repatriação foi utilizado pelo jornal para descrever o traslado dos restos mortais de Silveira Martins no momento em que a memória do líder federalista estava sendo reformulada e ressignificada, representado pela proposta do Panteão Rio-Grandense e a consequente reação federalista. A narrativa da repatriação visava não apenas trazer fisicamente o corpo de Silveira Martins de volta ao Rio Grande do Sul, para depositá-lo em Bagé (RS),

local de fundação do Partido Federalista, mas também restaurar e legitimar sua imagem como um herói moral e político, associado ao próprio partido.

A omissão da atuação de Silveira Martins na Revolução Federalista de 1893, bem como sua apresentação como alguém que tentou evitar o conflito, igualmente merece atenção. Podemos intuir que este esquecimento reflete uma estratégia seletiva de memória adotada pelo *Correio do Sul* com o objetivo de moldar a imagem de Silveira Martins de acordo com as necessidades políticas e simbólicas do momento, que demandava a construção de uma unidade, diante de tensões internas.

É possível intuir que, ao evitar mencionar a participação de Silveira Martins no conflito de 1893, e ao apresentar sua posição como a de um pacificador, o jornal procurava silenciar os aspectos mais controversos potencialmente associados à sua trajetória, em particular a derrota dos federalistas e a violência da contenda. Entende-se que a abordagem também visava fortalecer a figura de Silveira Martins como um líder político e intelectual, novamente alinhado ao valor da moralidade.

Esta pesquisa contribui para o estudo da memória de Gaspar da Silveira Martins, analisando como sua imagem foi construída e ressignificada durante o processo de repatriação de seus restos mortais, em 1920. A partir deste estudo, novas pesquisas podem explorar a relação entre a memória de Silveira Martins e as divisões internas no Partido Federalista, investigando como diferentes facções utilizaram sua figura para consolidar suas visões políticas. Também é relevante analisar as controvérsias em torno da Revolução Federalista de 1893, especialmente a forma como o partido lidou com a figura de Silveira Martins nesse contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AXT, Gunter. **Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder.** In: BOEIRA, N., GOLIN, Tau (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul.* Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, t. 1, p. 89-128
- BARROS, José D´Assunção. **O jornal como fonte histórica.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2023
- BIELINSKI, Alba Carneiro. **Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro: dos pressupostos aos reflexos de sua criação – de 1856 a 1900.** Dissertação (Mestrado em História e Crítica da Arte) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003
- CHASTEEN, John. **Fronteira Rebelde.** Porto Alegre/RS: Movimento, 2003
- CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das Sombras, Parte II: 6º Ed.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CATROGA, Fernando. **“Memória e História.”** In: *Fronteira do Milênio.* Org. Sandra J. Pesavento. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 2001.p.43-69
- DE LUCA, T. R. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas.* São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-15
- FAGUNDES, L. P. . **As batalhas no Congresso Nacional em prol da revogação do banimento da família imperial e do traslado dos despojos de D. Pedro II e Thereza Christina para o Brasil (1891-1920).** In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História,* 2013.
- FIGUEIREDO, M. **Transição do Brasil Império à República Velha. Araucaria, [S. l.], v. 13, n. 26,** 2011. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/1378>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner; FLORES, Moacyr. **Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.
- FRAGOSO, João. **E as plantations viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil”.** *História (São Paulo)*, v. 34, n. 2, p. 58–107, 2015
- FRANCO, Sérgio da Costa. **O partido federalista.** In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. *República velha (1889-1930).* Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 129 - 169
- _____, Sérgio da Costa. **Dicionário político do Rio Grande do Sul 1821-1937.** Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1303-1950.** Porto Alegre, 1981.

LE GOFF, Jacques. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEMIESZEK, Cláudio de Leão. **Bagé - A imprensa partidária e a Guerra Civil de 1923**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010

LOPES, Aristeu; ANDRADE, Gustavo Figueira; BRASIL, Luísa Kuhl. **O Cerco de Bagé na Revolução Federalista de 1893. História, Memória e Fotografia**. 1. ed. Rio de Janeiro-RJ: Paisagens Híbridas, 2021.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1971

LOPES, Mário Nogueira. **Bagé, Fatos e Personalidades**. Porto Alegre/RS: Evangraf, 2007

MARTINS, Lafayette Rodrigues. Introdução. In: MARTINS, Gaspar da Silveira. **Discursos parlamentares**. Brasília, Câmara dos Deputados, 1979. 488 p. (Perfis parlamentares, 14). pp. 15-112.

MEDEIROS, Laudelino T. **A pacificação da Revolução de 1893**. Porto Alegre: La. Salle, 1995

MOCELLIN, Renato. **Federalista: a revolução da degola**. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1989.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993

ORICO, Osvaldo. **Silveira Martins e sua época**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935

OSÓRIO, Joaquim Luís. **Partidos políticos no Rio Grande do Sul: período republicano**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1992

PADOIN, Maria Medianeira; ROSSATO, Monica. **Gaspar Silveira Martins: perfil biográfico, discursos e atuação política na Assembléia Provincial**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2013.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, ed. 10, 1992

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015

_____. **1893: A revolução além da fronteira**. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. República velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2007, p.23 - 56

RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. **Terceira estrela da federação”: a bancada gaúcha no contexto político-eleitoral dos anos 1920 A 1924**. Tese (Doutorado em História), UFRGS, Porto Alegre, 2019

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo, uma filosofia da República**. Caxias do Sul/RS: Universidade de Caxias do Sul, 1980

_____. **O castilhismo e as outras ideologias**. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. *República velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 57 - 84

ROSSATO, M., & PADOIN, M. M. **A trajetória de Gaspar Silveira Martins: relações de poder entre região fronteira platina e a Europa**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, v. 1, p. 1-20, 2016

ROSSATO, M., & PADOIN, M. M.. **Fronteira, Família e Poder: a construção da trajetória política de Gaspar Silveira Martins**. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. Caderno de Resumos do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: ANPUH, 2015. v. 1. p. 1770-1771

ROUSTON JUNIOR, Eduardo. **Não só do pão do corpo precisa e vive o homem, mas também do pão do espírito: a atuação federalista na Assembleia dos Representantes (1913-1924)**. – Porto Alegre: PUCRS/PPGH, 2012

_____, Eduardo. **O “testamento político” de Gaspar Silveira Martins: uma reação à república castilhista-borgista**. *Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ)*. Rio de Janeiro, Vol.5 | N.2, pp. 660 – 679 dezembro 2014. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. **Entre doações e orações: os “principais da terra” e o mosteiro beneditino do Rio de Janeiro – sécs – XVI-XVII**. In: *História Unisinos* 12(2): 106-115, Maio/Agosto, 2008. p. 110

TABORDA, Tarcísio. **A Igreja de São Sebastião de Bagé**. S/E, Bagé, 1975

VARGAS, Jonas Moreira (2011) - **"Um negócio entre famílias" A elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)** – in *História social de elites / Organizador Flavio M. Heinz*. - São Leopoldo: Oikos, 2011

VILLAMIL, German. G. **Ensayo para una historia de Cerro Largo. Cerro Largo: Intendência Municipal de Cerro Largo**, 1981

ANEXOS

Túmulo de Joaquín Suárez, no qual Silveira Martins foi sepultado em 1901

